

# TEORIA DA CRISE EM DAVID HARVEY

## Observações sobre *Os Limites do Capital*

Maurilio Lima Botelho<sup>\*</sup>

**Resumo:** o objetivo do artigo é apresentar os “três cortes” na teoria da crise presentes na obra *Os Limites do Capital* de David Harvey, discutindo simultaneamente, assim, a sua teoria do espaço e a sua teoria crítica do capitalismo. Enfatizamos, para isso, os aspectos essenciais da instável geografia da acumulação capitalista, ou seja, seu necessário desenvolvimento geográfico desigual.

**Palavras-chave:** teoria da crise; capital fixo; desenvolvimento geográfico desigual.

### DAVID HARVEY AND THEORY OF CRISIS COMMENTS ON *LIMITS TO CAPITAL*

**Abstract:** This paper aims to present the “three cuts” in the theory of crisis contained in David Harvey’s *Limits to Capital*. Both Harvey’s theory of space, and his critical theory of capitalism, are examined. The essential aspects of the unstable geography of capitalist accumulation, i.e., its necessary uneven geographical development, are emphasized.

**Keywords:** theory of crisis; fixed capital; uneven geographical development.

### LA THÉORIE DE LA CRISE SELON DAVID HARVEY: REMARQUES SUR *LIMITS TO CAPITAL*

**Résumé:** Cet article vise à présenter les “trois coupures” de la théorie de crise dans l’ouvrage *The limits to capital* de David Harvey, ainsi que discuter sa théorie de l’espace et sa théorie critique du capitalisme. Pour cela, on souligne les traits essentiels de l’accumulation capitaliste et son instabilité géographique, c’est-à-dire, le développement géographique inégal.

**Mots-clés:** théorie de la crise; capital fixe; développement inégal; David Harvey.

---

<sup>\*</sup> Professor Adjunto, Departamento de Geociências – UFRRJ.

“É da natureza do capital mover-se para além de todas as barreiras espaciais” (Marx, *Grundrisse*).

## Introdução

Com um atraso de mais de trinta anos, a obra principal de David Harvey, *Os limites do capital*, é lançada no Brasil. Publicado no final de 2013, com a presença do próprio autor em diversos eventos em todo o Brasil, a disponibilidade do livro em português poderia romper com o estranho silêncio que o acompanha. Apesar de ser um dos teóricos contemporâneos mais lidos por aqui, com diversas reedições de alguns de seus livros, essa obra teórica principal de Harvey continua sendo simplesmente ignorada no Brasil. Este artigo tem o objetivo de tentar romper inicialmente com esse silêncio, apresentando e discutindo a obra, ainda que num tom introdutório devido à sua complexidade.

Na primeira parte deste artigo, faremos um enquadramento de *Os Limites do Capital* na trajetória teórica e bibliográfica de Harvey. Apresentaremos em seguida os argumentos principais da obra, principalmente a discussão sobre a crise em suas diversas camadas ou “cortes”. A importância dessa discussão se deve ao fato de que as demais obras de Harvey são lidas sem um devido confronto com a sua teoria da crise – que apenas parcialmente é explorada em outros livros, sem chegar ao detalhamento e profundidade que possui em *Os Limites do Capital*. Além disso, a teoria geográfica de Harvey é inseparável do desenvolvimento conceitual do capital através de suas contradições internas e de seu necessário desdobramento na crise.

A partir dessa exposição da teoria da crise, faremos comentários críticos sobre uma tensão latente na obra – a complexidade que as crises passam a ter, tanto em termos lógicos com o desenrolar da exposição, quanto em termos históricos com o desenvolvimento da sociedade burguesa, que não pode simplesmente fazer com que as “crises cíclicas” se repitam indefinidamente exigindo sempre diversas formas de *ajuste*. Como para Harvey não há ajuste definitivo que possa suprimir as contradições capitalistas, não há possibilidade correlata de achar que as crises possam se repetir indefinidamente como “correções” ao capital. Uma “crise estrutural” do capitalismo se torna uma necessidade, mas isso não fica explícito.

Por fim, faremos observações sobre a tradução da edição brasileira que contém um volume tal de problemas que o risco que se apresenta é o da obra continuar sendo

ignorada. Ao longo do texto já faremos indicações de alguns desses problemas, mas a magnitude dos equívocos é tamanha que merece uma atenção especial.

É preciso observar ainda que a ordem de nossa exposição não é exatamente fiel ao livro de Harvey por várias razões. A primeira é que não é possível acompanhá-lo rigorosamente pois isso seria uma vã tentativa de repeti-lo: a riqueza do livro é incomparável e esse artigo se limita a ser uma apresentação inicial e uma problematização que só tem pleno sentido com a leitura da obra mesma. Um outro motivo é que a ordem de desenvolvimento categorial do capital exige consideração pelo seu movimento interno<sup>1</sup>, isto cria necessidades lógicas especiais, em respeito ao objeto, que são de difícil compreensão para o entendimento e formalidade científica. Contudo, o foco principal aqui são as contradições do capital e a emergência das crises, portanto, nossa exposição *salta* alguns aspectos que seriam necessários desenvolver para chegar aos níveis expostos nos “três cortes” da crise. Por último, e em virtude de tudo isso, as limitações de um artigo impedem o desenrolar categorial de todo o caleidoscópio da estrutura do capital, que tem desenvolvimentos multilaterais devido à tendência de autonomização de suas formas, esferas, categorias etc.

### **A produção de *Os Limites do Capital***

David Harvey confessa que só foi ler Marx com 35 anos de idade (2011: 13) e esse interesse veio exatamente de sua transferência para a Universidade Johns Hopkins. Os problemas sociais e raciais em Baltimore, assim com em todo território dos EUA, atingiam um elevado nível de tensão na década de 1970. A pobreza urbana era flagrante e a Guerra do Vietnã dividia o país, por isso Harvey se interessou em examinar os vínculos entre a discriminação racial e o mercado habitacional. A sua primeira leitura significativa foi *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels. Esse texto “de juventude” de Engels marcou profundamente Harvey, o que o levou a um texto “maduro” do companheiro de Marx, *Sobre a questão da moradia*. Podemos dizer que o *insight* principal que alimenta *Os Limites do Capital* — a ideia de que o capitalismo está constantemente deslocando seus problemas

---

<sup>1</sup> “A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*” (Marx, 1985a: 20).

estruturais — surgiu da leitura desses textos sobre problemas urbanos.<sup>2</sup> O encontro com as fontes originais do marxismo foi tão profícuo para Harvey que, no início daquela década, ele iniciou um grupo de estudos de *O Capital* com estudantes de pós-graduação.

O primeiro resultado desses estudos é *A justiça social e a cidade* (1973). O livro não tem um estudo sistemático de Marx ou do marxismo, mas dialoga com as principais formulações dessa tradição ao tratar da renda do solo urbano, segregação, concentração, dispersão industrial etc., principalmente nos últimos capítulos da obra, onde fica evidente a transição de Harvey para uma perspectiva crítica radical, abandonando suas posições social-liberais anteriores. O livro era uma tentativa de compreender os problemas sociais que Harvey via cotidianamente em Baltimore. Por isso, um confronto sistemático com a teoria de Marx ainda era necessário.

*Os Limites do Capital* nasceu inicialmente de uma tentativa de apresentar a análise marxista da urbanização, “mas a análise marxista acabou se tornando o projeto em si” (Harvey, 2011: 17). Durante quase toda a década de 1970, Harvey dedicou-se a esse projeto de fazer brotar da teoria de Marx uma interpretação dos processos urbanos, e não simplesmente uma “aplicação” de sua teoria. Para isso, o livro se tornou um diálogo com as principais obras de Marx, sem deixar de debater com teorias marxistas clássicas e obras contemporâneas. A principal pergunta que move a obra é “que papel desempenha a geografia nos processos de formação e resolução das crises?” (EI: 415; EM: 418; EB: 526) e isso o leva a mostrar os vínculos essenciais entre a produção, o crédito e a criação do espaço urbano.<sup>3</sup> Daí surge uma teoria sobre a função do espaço

<sup>2</sup> Uma importante questão a ser examinada na obra de Harvey, recorrente em diversas passagens de ensaios e livros, é essa influência de Engels em algumas de suas principais formulações teóricas. Lembremos que nessa obra tardia sobre a questão habitacional, Engels comentou que o “método Hausmann” era utilizado sistematicamente pela burguesia para deslocar os problemas sociais na cidade, mas “eles reaparecem imediata e frequentemente muito próximos” (Engels, 1979: 49). Ou seja, os problemas “não são eliminados mas sim transferidos” (1979: 51). Ver quanto a isso o comentário recente em que Harvey trata dessas passagens (2013: 37-38). Numa entrevista publicada há poucos anos, o geógrafo dá detalhes de como, na década de 1970, “apresentou” Engels numa reunião com políticos e empresários do setor financeiro, onde foi chamado para falar dos problemas urbanos de Baltimore (2011: 16).

<sup>3</sup> Em função de diversos problemas encontrados na tradução para o português da edição brasileira da obra de Harvey (2013), nos utilizamos da segunda edição inglesa (2006) como a base para a tradução dos trechos aqui citados, sempre confrontando e corrigindo com a edição mexicana (1990). De qualquer modo, manteremos referência a todas as edições utilizando a seguinte nomenclatura nas citações: EI – edição inglesa; EM – edição mexicana e EB – edição brasileira, sempre seguida das páginas. No caso de utilização do texto da nova introdução à edição inglesa, não faremos referência à edição mexicana, pois esta é anterior às demais, contendo apenas a introdução original.

urbano na reprodução do capital, sua ênfase como um campo de acumulação e de atração de investimentos que deslocam temporal e espacialmente as crises.

*Os Limites do Capital* é lançado em 1982, não depois de uma relutância de editores em sua publicação – afinal, trata-se de um período em que a teoria marxista descia a ladeira histórica, passando por uma crise profunda que só foi ampliada posteriormente com o fim do “socialismo real” – embora a teoria de Marx analisada por Harvey tivesse pouco que ver com essa experiência.

Com os elementos teóricos que estava desenvolvendo, principalmente a atuação do sistema de crédito financiando o ambiente construído, ficou claro para Harvey que era possível fazer interpretações históricas mais concretas das transformações geográficas. Durante o longo período de estudo e pesquisa para o livro, Harvey ficou cerca de um ano em Paris, entre 1976 e 1977, e pode se empenhar em recolher material sobre as transformações que ocorreram na época do segundo Império, quando o Barão de Haussmann reformou completamente a cidade, atribuindo-lhe uma forma urbana tipicamente moderna. Com a decisão de se concentrar apenas nos elementos teóricos de uma teoria da urbanização capitalista, o material de pesquisa sobre a modernidade parisiense acabou sendo publicado isoladamente em artigos e livros, basicamente reunidos nas duas coletâneas publicadas pela primeira vez em 1985 (*Counsciouness and the urban experience* e *The urbanization of capital*).

Todo esse material voltado a uma “aplicação” histórica da teoria desenvolvida em *Os Limites do Capital* foi reunido finalmente em 2003, no livro *Paris – capital da modernidade*. A importância desse livro se deve ao fato de que para Harvey ele “está intimamente ligado ao meu estudo dos limites do capital. Não dá para entender um sem o outro” (2011: 17). Com essa obra de análise sistemática de um processo concreto de formação do espaço urbano moderno, Harvey conseguiu uma apreensão teórica da modernidade que lhe permitiu aventurar-se em campos filosóficos e estéticos, abordados sempre através da discussão categorial sobre espacialidade e temporalidade. Essa consistência histórico-teórica o fez confrontar a polêmica da época sobre a pós-modernidade e daí resultou o livro mais famoso de Harvey, *A condição pós-moderna*, em que uma “mudança de época” no capitalismo é interpretada através das transformações na experiência espaço-temporal. Toda a discussão central dessa obra de 1989, principalmente a importante descrição da reorganização estrutural da economia capitalista, sua intrínseca “destruição criativa” e sua formulação da “compressão espaço-temporal” são compreensões teóricas

desenvolvidas a partir de *Os Limites do Capital*. Discutiremos os fundamentos dessas formulações a seguir.

### **Barreiras e limites do capital: o “primeiro corte” na teoria da crise**

O capitalismo é uma forma de organização da sociedade baseada na produção de mercadorias. Mercadorias são produzidas não para satisfazer necessidades sociais (individuais ou coletivas), mas simplesmente para ampliar o dinheiro investido em sua produção. Através do processo de produção, o dinheiro inicialmente investido torna-se meios de produção e força de trabalho, que são mobilizados para produzir mercadorias para serem posteriormente vendidas. Como os meios de produção e força de trabalho também são mercadorias nessa forma social – são adquiridos no mercado por uma capitalista que quer produzir – seus valores são repassados às mercadorias que produzem. Só que há uma diferença aqui entre a força de trabalho e o restante dos meios de produção (máquinas, ferramentas, matéria-prima, edifícios etc.): o trabalhador é a única mercadoria em todo esse sistema que consegue produzir um valor maior do que custou no mercado.

Enquanto todo o valor dos meios de produção permanece o mesmo ao ser repassado para as mercadorias que brotam de sua mobilização, a força de trabalho consegue imprimir nas mercadorias que produz um valor maior do que foi pago para utilizá-la (*salário*). Isso ocorre porque os trabalhadores são utilizados, na esfera da produção capitalista, sempre mais tempo do que o necessário para pagar seu próprio valor. Assim, esse valor produzido a mais em função de uma jornada de trabalho que se prolonga para além do pagamento do salário é chamado de *mais-valor*. Quando as mercadorias produzidas são vendidas, todo o seu valor expresso agora em dinheiro (na verdade, nesse momento, *preço*) serve para pagar os meios de produção utilizados (capital constante), para pagar os salários dos trabalhadores (capital variável), sobrando sempre uma quantidade excedente de dinheiro que compõe o *lucro* do capitalista. A origem desse *lucro* vem exatamente daquelas horas estendidas na produção e que não são pagas, a origem do lucro é mais-valor.

O capitalismo é um grande sistema de produção de mais-valor – a finalidade desta sociedade não é exatamente produzir mercadorias (cujas utilidades são secundárias), mas produzir lucro, ampliar o dinheiro inicialmente investido. Para isso é necessário

produzir e vender mercadorias. O capital, deste modo, é uma relação social que envolve proprietários do dinheiro e dos meios de produção, força de trabalho e mercadorias, para que todos esses elementos se movimentem *ampliadamente*. O capital é uma relação tautológica onde coisas (mercadoria e dinheiro) compõem o ponto de partida e de chegada de toda relação social, tornando os indivíduos e os grupos sociais suportes de uma finalidade que é simplesmente multiplicar o dinheiro. O capitalismo está baseado, portanto, numa lógica da “produção pela produção” (Marx).<sup>4</sup>

Aqui temos exposto em breves linhas o conceito de Marx de *capital em geral*, isto é, a forma socialmente específica e idêntica a si mesma do capital, que o torna não apenas compreensível como relação mas também fundamenta a sua possibilidade de existência, isto é, pressupõe todas as condições para as formas específicas de capital. Diferença que ficou evidente para Marx a partir de seus primeiros esboços de *O Capital* e que fica mais claro se salientarmos que o *capital em geral* é a forma primordial que faz o dinheiro entrar em movimento para se reproduzir ampliadamente, portanto é uma forma geral que pressupõe a *produção* do valor, não sendo a forma específica em que ela ocorre (capital produtivo). Capital em geral é uma expressão ideal do capital, que só existe de fato na forma de capital produtivo (cujo movimento se baseia na produção de mercadorias), capital comercial (cujo movimento se baseia na circulação das mercadorias – venda) e capital monetário (cujo movimento se baseia na circulação do dinheiro - crédito). Capital em geral é o capital em sua identidade enquanto capital, e não capital na forma de dinheiro, mercadoria ou capital produtivo (embora contenha todas essas formas possíveis)<sup>5</sup>.

É importante essa discussão porque o capital em geral nos permite entender que o capitalismo como forma social está baseado na produção ampliada e só tem sentido com esta produção ampliada. Isso possibilita diferenciar a forma específica de capital que é produtiva e que gera mais-valor para ampliar a riqueza, das outras formas de capital que não são produtivas, pois apenas fazem a mediação de mercadorias já

<sup>4</sup> “... nós temos que reconhecer que quase todas as nossas angústias ambientais, políticas, sociais e culturais são o produto de um sistema que busca o mais-valor a fim de produzir mais mais-valor, o que requer uma absorção lucrativa. As desastrosas consequências sociais, políticas e ambientais da interminável ‘acumulação pela acumulação e produção pela produção’ estão aí para que nós vejamos” (EI: xxvii; EB: 33-34).

<sup>5</sup> Marx define capital em geral em seus rascunhos – os famosos *Grundrisse* (2011: 243), mas essa categoria não aparece no Livro I de *O Capital*, porque as formulações “metodológicas” foram “escondidas” nessa obra em função da necessidade da exposição categorial. Sobre isso ver Reichelt (2011 e 2013).

produzidas (capital comercial) ou que não produzem valor mas fazem o dinheiro circular (capital monetário) e por isso criam a impressão da multiplicação de riqueza. Por fim, essa definição de capital em geral nos permite também entender porque David Harvey lança mão de um *circuito secundário do capital* para dar conta das especificidades do capital fixo – veremos a seguir que, como o capital fixo tem características próprias que envolvem a necessidade de grande soma de capital para produzi-lo e longo tempo para poder circular como mercadoria, a produção dessa forma específica de capital exige o entrelaçamento complexo do capital produtivo, capital monetário e capital comercial, criando a necessidade de um sistema de crédito avançado. De momento, basta reter que a tautologia da forma mesma do capital – ser uma relação social baseada na multiplicação do dinheiro – o torna uma forma que se move em constante ampliação: todo dinheiro ampliado pelo lucro, no fim de um ciclo, precisa se reproduzir novamente numa magnitude ainda maior. Para que isso ocorra, em geral o capital necessita mobilizar cada vez mais meios de produção e cada vez mais trabalho (seja ampliando o número de trabalhadores, seja aumentando a produtividade desses trabalhadores, portanto aquele tempo de trabalho extra que é a própria origem do excedente).

Fundado sobre essa objetivada mania de acumulação, o capitalismo não tarda a apresentar problemas decorrentes exatamente dessa incessante multiplicação de mercadorias, dinheiro e capital: a *superacumulação* torna-se a principal contradição da lógica capitalista. Um sistema baseado no crescimento a qualquer preço enfrenta constantemente o problema de não ter mais como produzir riquezas, continuar em seus trilhos multiplicadores, pois a base a ser reproduzida torna-se excessiva demais. O objetivo perseguido pelo capital (a acumulação) torna-se o principal obstáculo para consegui-lo (superacumulação). As crises são a manifestação exata de um excesso de capital que não encontra saídas lucrativas (multiplicadoras) para que possa continuar seu movimento, voltar a ser investido: “Crise é o nome para as fases de desvalorização e destruição dos excedentes de capital que não podem ser lucrativamente absorvidos” (EI: xxiv; EB: 29).

Assim, a superacumulação é expressão simultânea da *finalidade* a ser cumprida por essa forma social em todas as suas possíveis articulações concretas e do *limite* erguido para que essa formação continue a se movimentar.

Evidentemente, do próprio conceito de capital em geral brotam as várias formas de expressão da superacumulação. Se o capital em movimento se transforma de dinheiro

em meios de produção, força de trabalho e mercadorias, a superacumulação aparece sob a forma de excesso de dinheiro (recursos monetários sem destinação), excesso de meios de produção (capacidade ociosa), excesso de força de trabalho (desemprego) e excesso de mercadorias (superprodução).

O sexto capítulo de *Os Limites do Capital* é uma espécie de divisor de águas na obra, pois até então Harvey segue uma exposição, por assim dizer, analítica do capitalismo, sem colocar em movimento tanto as formas que compõem o capital quanto suas contradições. O movimento está *pressuposto*, já que as formas do capital só existem nesse movimento – o capital mesmo é dinheiro em movimento —, e é através desse movimento que as contradições internas da forma mercadoria (valor de uso *versus* valor de troca) se transformam em contradição entre mercadoria e dinheiro, entre dinheiro e capital e assim por diante. A contradição interna do capital exige um movimento em que externalize essas contradições. Através desse movimento, contudo, as contradições não são resolvidas, mas apenas mudam de forma e tornam a reaparecer, ampliadas. No capítulo 6, com a dinâmica da acumulação, o movimento é posto e, em seguida, no capítulo 7, as contradições são *expostas* (postas para fora) na sua forma derradeira de superacumulação, que assume diversos aspectos particulares:

A superacumulação de capital em geral pode imediatamente ser traduzida em manifestações particulares de excesso de capital “retido” [*held up*] em todos os estados que assume o curso da circulação. Portanto, podemos ter:

- (1) uma superprodução de mercadorias – uma abundância de mercadorias materiais no mercado, manifestada como um excesso de estoques acima e além [*over and beyond*] do normalmente requerido para realizar a suave [*smooth*] circulação do capital;
- (2) estoques excedentes de insumos de capital constante e mercadorias parcialmente acabadas, acima e além do requerido para a normal circulação do capital;
- (3) capital ocioso dentro do processo de produção – particularmente o capital fixo que não está sendo utilizado em toda sua capacidade;
- (4) excedente de capital monetário e saldo de caixa ociosos acima e além das reservas monetárias normais requeridas;
- (5) excedentes de força de trabalho – subutilização na produção, uma expansão do exército industrial de reserva acima e além do normalmente requerido para a acumulação, uma taxa crescente de exploração que cria pelo menos uma desvalorização temporária da força de trabalho;
- (6) taxas decrescentes de retorno sobre o capital investido manifestando-se como taxas decrescentes de juros, taxas sobre o lucro do capital industrial e mercantil, rendas em declínio etc. (EI: 194-195; EM: 200-201; EB 270-271).<sup>6</sup>

<sup>6</sup> A tradução brasileira nesse longo mas importante trecho de síntese da superacumulação escorrega ao verter *held up*, ocorrendo uma evidente confusão entre *sustado ou suspenso* (uma possível tradução de *held*) e sustentado ou “levantado”, como aparece em português e que não faz sentido algum no período. No texto, o sentido óbvio é de um movimento que é parado, por isso adotamos “retido”, também utilizado na edição mexicana, mas poderíamos falar em “capital sustado”, da mesma maneira

A partir daí, portanto, todo o movimento capitalista será examinado para dar conta de como essa contradição fundamental da acumulação capitalista é contornada pelo próprio movimento de circulação do capital, permitindo assim a reprodução voltar a ocorrer de modo ampliado. O “primeiro corte” na teoria da crise é exatamente a exposição das contradições que geram a superacumulação de capital. Surge o problema de como esse *limite* ao desenvolvimento capitalista é transformado, pelas diversas formas de atuação do capital, em uma *barreira* que possa ser momentaneamente superada. A partir daí são gradativamente expostos os mecanismos de *ajuste* do capitalismo, que permitem a superação das crises transformando os limites à acumulação em meras barreiras.<sup>7</sup> O primeiro desses ajustes é a *desvalorização do capital*.

Durante as crises, todas as contradições internas da mercadoria e do capital ficam óbvias no cotidiano. O caráter secundário do valor de uso das mercadorias frente ao valor de troca fica evidente na inutilização maciça e destruição de mercadorias. O fato de que os seres humanos são também transformados em mercadorias fica claro com o desemprego em massa que põe na indigência milhões, sem acesso a mercadorias que estão se inutilizando. O paradoxo da crise em que armazéns lotados, com mercadorias estragando que não são compradas, fecham as portas diante de trabalhadores desempregados e esfomeados, sem dinheiro para consumi-las, demonstra o quanto o nexos socializador no mundo do capital é o dinheiro. O que une tudo e todos nessa sociedade é o dinheiro. Por fim, durante a crise, capital na forma de máquinas, equipamentos e instalações ficam sem uso, impedindo assim que essa mercadoria especial, a força de trabalho, produza o salário capaz de ligá-la ao mundo das

---

que um cheque *sustado* é um cheque impossibilitado de ser convertido, cujo pagamento foi recusado, portanto cuja circulação foi interrompida. Há um outro desliz na tradução de *inventories*, que aparece como “inventários”. Conforme o dicionário de termos executivos Michaelis, *inventory* “frequentemente é usado como sinônimo de estoque (*stock*)”, o que fornece sentido ao texto de Harvey, pois está tratando de capital fixo, mercadorias semi-acabadas e mercadorias *materiais* que se acumulam sem serem vendidas. Nessa altura do desenvolvimento teórico, Harvey ainda não colocou em reflexão títulos, documentos ou moeda de crédito que possam representar mercadorias físicas (ainda não tratou do sistema de crédito). Em espanhol também é utilizado *inventarios*, mas nesse caso o sinônimo com estoque (*existencia*) é direto.

<sup>7</sup> Há uma importante dialética de transformação dos *limites*, que o capital ergue diante de seu próprio movimento, em *barreiras*, que pode superar e assim continuar sua escalada. Em Harvey não há diferenciação clara entre essas categorias. Uma leitura importante desse tema aparece em Ruy Fausto (1987: 77-78). Essa dialética entre *obstáculo* e *limite* é atravessada por uma tensão crescente, implicando numa impossibilidade absoluta do capital converter seus limites em uma barreira que possa ultrapassar. Essa é a tensão lógica que está na base da diferenciação entre “crises cíclicas” e “crise estrutural”, uma tensão que atravessa toda a obra de Harvey, como discutiremos mais à frente.

mercadorias. Essas mercadorias perdem sua capacidade de se converter em dinheiro ou essa capacidade é reduzida ao mínimo: mercadorias tornam-se tão baratas que não conseguem pagar sequer o custo de sua produção, trabalhadores aceitam qualquer tostão para trabalhar, mesmo sem atender suas necessidades básicas, fábricas e máquinas perdem de tal modo seu valor que ou são abandonadas ou liquidadas “a preço de banana”.<sup>8</sup>

Essa desvalorização maciça é a “limpeza de terreno” responsável pela própria saída do capital do fundo poço. Logo, as máquinas vendidas a baixo custo podem ser postas em funcionamento por capitalistas que resistiram à crise, explorando o baixo custo que representa agora o seu uso. Trabalhadores que aceitam qualquer trabalho podem ser recontratados e começar a produzir novamente sem maiores despesas para as empresas que os utilizam. Mercadorias liquidadas em queima de estoque podem fazer circular o dinheiro, mesmo que em pequenas proporções, capaz de suprir o baixo custo em que agora se produz. O sistema operando após a desvalorização pode voltar a dar lucros porque a base a ser reproduzida foi estreitada. E o capital pode voltar a caminhar buscando sua ilimitada acumulação.

Qualquer que seja o modo como as perdas são distribuídas e qualquer que seja a luta pelo poder que venha em seguida, a exigência geral para retornar o sistema a algum tipo de ponto de equilíbrio é a destruição do valor de uma determinada porção do capital em circulação, de modo a equilibrar o capital total que circula com a potencial capacidade de produzir e realizar mais-valia sob relações de produção capitalista. Uma vez que a desvalorização necessária foi realizada, a superacumulação é eliminada e a acumulação pode renovar seu curso, muitas vezes sobre uma nova base social e tecnológica. Assim, o ciclo vai executar o seu novo curso. Mas o paradoxo fundamental permanece (El:202; EM: 208; EB: 279).

O capitalismo não pode suprimir as crises de seu horizonte, pois sua natureza mesma é de forçar e friccionar seus elementos de modo a constantemente ter que contornar as contradições internas de sua forma; mas a superação momentânea dessas contradições o lança num curso que o levará a enfrentá-las novamente, ampliadas e aprofundadas.

### **O sistema de crédito e o capital fixo: o “segundo corte” na teoria da crise**

---

<sup>8</sup> “As crises de desvalorização geram múltiplas oportunidades para adquirir ativos na ‘xepa’ [*on the cheap*] e aqueles com o poder de galopar [*to ride*] para fora da crise podem emergir muito enriquecidos” (Harvey, 2005a: 72).

Poderia parecer que, do ponto de vista da produção e do conceito mesmo de capital desenvolvido até agora, não há nenhum atributo espacial em sua forma. As análises fundamentais de Marx, exploradas no primeiro livro de *O Capital*, seriam desprovidas de problematização espacial, seriam “a-espaciais”. O mesmo não se pode dizer em relação ao tempo, já que há uma âncora temporal muito óbvia no primeiro capítulo do livro: é da própria natureza do valor a síntese de tempo individual e social – sua magnitude é dada pelo *tempo de trabalho socialmente necessário* à produção de uma determinada mercadoria. Portanto, o capital, valor em movimento, é tempo acumulado que ganha vida através de sua busca constante por ampliação.

Seguindo uma leitura muito comum, o espaço só apareceria produzindo efeitos sobre as relações capitalistas do ponto de vista da circulação, quando o transporte e as complexidades relacionadas à localização apareceriam, ainda que obliquamente, na reflexão de Marx. Isso não é exatamente correto em função de duas importantes observações.

Primeiro, pelo fato de que para Marx o transporte ocupa uma posição especial na estrutura lógica do capitalismo. Na verdade, a natureza específica dessa atividade, cuja função é mudar o local onde as mercadorias se encontram,<sup>9</sup> é tão diferente das demais que ela ultrapassa esferas na estrutura econômica burguesa. O transporte é transversal à produção e à circulação, ou, como diz Marx várias vezes, é parte do processo de produção que estende na circulação. É importante lembrar que, em Marx, *circulação* se refere à transferência de propriedade de uma mercadoria – ela circula quando muda de mãos, o que nem sempre representa deslocamento espacial. Uma casa, por exemplo, pode circular, mudar de proprietário, mas permanece no mesmo local.

Contudo, essa não é a mais importante observação a ser feita sobre a questão espacial – pois acabaríamos reduzindo a problematização do espaço em Marx à logística! A segunda observação tem efeitos sobre toda a estrutura lógica e efetiva da sociedade capitalista: na forma mesma do movimento das mercadorias, em sua forma básica – ainda circulação simples – está contida uma contradição fundamental do capitalismo que nada mais é do que uma barreira espacial: a separação imposta pelo dinheiro entre um momento de venda e um momento de compra implica que essa cisão em

---

<sup>9</sup> “O resultado — que pessoas ou mercadorias sejam transportadas — é sua existência espacial modificada; por exemplo, o fio agora se encontra na Índia e não na Inglaterra, onde foi produzido (...). O efeito útil acarretado é indissoluvelmente ligado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria de transportes” (Marx, 1985c: 42).

*tempos* diferentes significa também uma cisão em *espaços* diferentes. A cisão entre locais diferentes pode significar a interposição de um tempo maior entre o processo de compra e venda, pode implicar em dificuldades para esses dois momentos se “equilibrarem”. Isso quer dizer que a separação entre compra e venda inclui vários custos nesse “meio tempo”, desde os custos de armazenamento, até que o produto seja vendido, até os custos de transporte propriamente dito. Quanto mais separados os espaços onde se realizam compra e venda, mais custos podem estar implicados.<sup>10</sup> Ora, quanto mais distantes espacial e temporalmente os atos de compra e venda, maior o risco de que esses atos não sejam compensados, ou seja, que não haja equilíbrio algum na circulação de mercadorias. Para a circulação capitalista isso significa que as mercadorias produzidas podem não ser vendidas, portanto, o valor pode não ser realizado, inviabilizando todo seu movimento. A tão propalada Lei de Say, forma absoluta da mistificação burguesa de que o mercado é uma instituição perfeita e equilibrada (ou que tende ao equilíbrio) é desde o princípio descartada pelas implicações temporais e espaciais da forma de movimento do capital. O capitalismo é, por sua própria natureza espaço-temporal, a *crise* em potencial.

A circulação rompe as limitações temporais, locais e individuais do intercâmbio de produtos precisamente porque parte a identidade imediata que existe aqui entre a alienação do próprio produto de trabalho e a aquisição do alheio, na antítese entre venda e compra. Que os processos, que se confrontam autonomamente, formem uma unidade interna, significa por outro lado que a sua unidade interna se move em antíteses externas. Se a autonomização externa dos internamente não-autônomos por serem mutuamente complementares se prolonga até certo ponto, a unidade se faz valer de forma violenta, por meio de uma — crise. A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, de trabalho privado, que ao mesmo tempo tem de representar-se como trabalho diretamente social, de trabalho concreto particular, que ao mesmo tempo funciona apenas como trabalho geral abstrato, de personificação da coisa e reificação das pessoas — essa contradição imanente assume nas antíteses da metamorfose das mercadorias suas formas desenvolvidas de movimentos. Essas formas encerram, por isso, a possibilidade, e somente a possibilidade, das crises. O

<sup>10</sup> Aqui já poderiam ser discutidas as categorias de espaço absoluto e de espaço relativo, pois essa afirmação não é tão direta assim: como é próprio ao capitalismo, em função de sua necessidade mesma de reduzir custos, os espaços de compra e venda podem estar “mais separados” em termos relativos mas não em absolutos. Em função da infraestrutura instalada em determinados locais, uma viagem mais curta numa via expressa pode ultrapassar distâncias maiores do que uma viagem muito mais longa numa pequena estrada de terra que liga locais próximos. Assim como já havia desenvolvido em *Justiça Social e a Cidade*, Harvey volta aqui a tratar dos conceitos de espaço absoluto, relativo e relacional (EI: 339-340; EM: 342-343; EB: 437-438). Na introdução de 2006 à edição inglesa, volta a apresentar esses conceitos (EI: xix-xxi; EB: 23-25). Em grande medida concordamos com a crítica de Neil Smith de que “a distinção entre espaço relativo e espaço relacional não está suficientemente esclarecida” (1988: 233, nota 3).

desenvolvimento dessa possibilidade até que se realize exige todo um conjunto de condições que do ponto de vista da circulação simples de mercadorias, ainda não existem, de modo algum (Marx, 1985a: 100).

Essa passagem importante, no capítulo dedicado ao dinheiro, logo no início de *O Capital* (capítulo III), demonstra que a circulação não é responsável pela crise, embora ela provoque a crise (através de sua interrupção). Uma apreensão estática do processo nos levaria a um “mau infinito” (Hegel) da forma do capital: se puxarmos os fios da *produção* capitalista até os mínimos detalhes, encontramos pressuposta a *circulação* capitalista, pois a fórmula mesma do capital só existe a partir da circulação do dinheiro, das mercadorias e valor. Aqui deve ser levada a sério a ideia de Marx que a

**“A tão propalada Lei de Say, forma absoluta da mistificação burguesa de que o mercado é uma instituição perfeita e equilibrada (ou que tende ao equilíbrio) é desde o princípio descartada pelas implicações temporais e espaciais da forma de movimento do capital”.**

produção e a circulação são unidades de um ciclo que, por sua vez, é contraposto em ciclos específicos que se autonomizam, se complementam e se chocam.

Mas é verdade que no processo de circulação do capital as implicações espaciais são mais marcantes. O ímpeto de se *estreitar* o movimento do capital torna-se uma característica imanente de todo o sistema. Do ponto de vista do comportamento das unidades empresariais, quanto mais rápido circularem suas mercadorias, mais rápido serão realizados os lucros, mais rápido o

dinheiro inicialmente investido em meios de produção e força de trabalho reaparecerá sob forma “líquida”. Quanto mais rapidamente o dinheiro retornar (ampliado), mais rapidamente recursos serão acumulados para novos investimentos e aquisição de máquinas e equipamentos mais produtivos (modernizados). Quanto mais acelerada a venda das mercadorias, menor o tempo em que ficam sujeitas à depreciação e à concorrência, menor a incidência dos custos da circulação. Por fim — o que já está implícito na amenização da concorrência, mas é de suma importância para entender os desdobramentos do capitalismo no século XX —, quanto mais rápida a rotação do capital produtivo, quanto mais ágil o caminho que vai do investimento até a venda das mercadorias, menor o tempo em que estas ficam sujeitas à obsolescência frente a mercadorias concorrentes mais avançadas, sofisticadas ou, em função dessa modernização, mais baratas.

Por isso, do ponto de vista do capital produtivo, melhor que fique livre, o mais rápido possível, de suas mercadorias. A aceleração do tempo de rotação do capital é uma pulsão inexorável da sociedade burguesa.<sup>11</sup> Aqui surge a importante discussão sobre a “aniquilação do espaço pelo tempo”, a pulsão capitalista pela aceleração do movimento para encurtar distâncias e reduzir o tempo de circulação das mercadorias. Um movimento tão obsessivo que leva à própria modificação constante na nossa experiência espaço-temporal, estendida aos limites na “compressão” realizada na pós-modernidade.<sup>12</sup>

Tão implacável é esse instinto de redução do tempo de circulação, que uma das mais comuns transações da economia capitalista é a antecipação da venda das mercadorias. É incomum que as indústrias esperem as mercadorias serem vendidas nesse processo simplório de transportar, distribuir para pontos de venda, anunciá-las pela publicidade e finalmente vendê-las para ter seu capital reproduzido. O usual é que o capital produtivo venda quase que imediatamente as mercadorias para grandes empresas comerciais de atacado ou varejo. Outra opção, também muito comum, é que sacrifiquem parte do valor dessas mercadorias através de um adiantamento feito por instituições financeiras – que ficam à espera das vendas para receber todo o valor que será realizado. Desta maneira, o capital produtivo divide parte dos seus lucros com instituições de crédito, através de juros cobrados sobre o adiantamento das vendas. Esse último caso é importantíssimo porque os vínculos entre capitais, através de mecanismos creditícios, criam uma *simulação* da venda rápida das mercadorias, encurtando assim a rotação do capital produtivo. Aqui começa a aparecer a importância do sistema de crédito, que se ergue sobre o sistema monetário e cria um “atalho” para facilitar a vida do capital produtivo. Não há necessidade agora de se esperar que as mercadorias saiam da fábrica, cheguem até o mercado consumidor em uma cidade próxima, em outro estado ou do outro lado do mundo para que o dinheiro

<sup>11</sup>“O tempo de rotação do capital é, em si, uma medida fundamental que também indica certas barreiras à acumulação. Uma taxa acelerada da circulação do capital reduz o tempo durante o qual as oportunidades passam sem serem aproveitadas, uma redução do tempo de rotação libera recursos para a acumulação adicional” (EI: 64; EM: 95; EB: 144).

<sup>12</sup> Harvey desenvolve em termos teóricos essa discussão em *Os Limites do Capital* (principalmente nos capítulos 12 e 13), apontando o uso da expressão “aniquilação do espaço pelo tempo” em Marx, mas já havia realizado uma reflexão preliminar sobre isso em artigo publicado em 1975 na revista *Antipode* (2005a: 41-73). No livro sobre Paris, Harvey vai encontrar a origem dessa expressão em poetas românticos, mostrando como era um tema comum na literatura (2003b: 46-47 e 2008: 64). Em *Condição pós-moderna*, principalmente na terceira parte do livro, utiliza essa reflexão como a principal ferramenta teórica para entender a mudança de época que caracteriza o prefixo “pós”.

volte para as contas da empresa: basta alienar essas mercadorias e o dinheiro será adiantado – o tempo economizado nesse processo pode compensar o juro pago.

O movimento do dinheiro é abalado: ao invés dele surgir das mãos dos compradores das mercadorias, há um desvio que o traz muito rapidamente das instituições de crédito. Portanto, ao lado do capital produtivo, surge um outro processo de investimento capitalista que se encarrega não de *investir* dinheiro (isto é, adquirir meios de produção e força de trabalho e produzir mercadorias), mas de *emprestar* dinheiro. O capital movido a juros é essa forma que se insere no processo de circulação global capitalista adiantando recursos ao capital produtivo. O movimento de rotação do capital produtivo é abreviado pelo crédito fornecido por essa outra forma de capital, *capital portador de juros*. Dinheiro é acumulado ampliadamente mesmo antes das mercadorias serem vendidas. O tempo é encurtado ao máximo para o movimento de reprodução ser cumprido. Aliás, muitas vezes os recursos são embolsados antes mesmo das mercadorias serem produzidas – a Bolsa de Mercadorias e *Futuro* já revela, em seu nome, a natureza da relação que está por trás de toda essa lógica: o tempo é comprimido de tal maneira que uma empresa pode receber pagamento por mercadorias que só vai produzir dentro de um ou dois anos!

Aqui fica evidente que o dinheiro deixa de ser o mero *meio de circulação* que faz as mercadorias saírem das mãos dos empresários para chegar às mãos dos consumidores – retornando às mãos dos empresários com sua grandeza ampliada. Como ocorreu o movimento do dinheiro sem a contrapartida da mercadoria (adiantamento), o processo só será completado quando as mercadorias forem efetivamente vendidas (circularem). Como o processo pegou um atalho, precisamos saber se o caminho levará à estrada final de realização do valor produzido efetivamente no processo produtivo. Com as mercadorias vendidas, no prazo que for necessário, então o dinheiro volta às mãos do capital produtivo, mas não funciona mais como meio de circulação, e sim como *meio de pagamento* de suas dívidas. O sistema de crédito se ergue sobre o sistema monetário e a função do dinheiro como *meio de pagamento* é que torna possível essa nova arquitetura:

O dinheiro de crédito se origina diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, já que são colocados em circulação os próprios certificados de dívidas por mercadorias vendidas, para transferir os respectivos créditos. Por outro lado, ao estender-se o sistema de crédito, estende-se a função do dinheiro como meio de pagamento. Enquanto tal, recebe forma própria da existência, na qual ocupa a esfera das grandes

transações comerciais, enquanto as moedas de ouro e prata ficam confinadas à esfera do varejo (Marx, 1985a: 117).

Contudo, se as mercadorias não forem vendidas, o trabalho socialmente despendido em sua produção se perde, o valor é destruído, portanto não haverá dinheiro para saldar dívidas. Como o movimento do dinheiro se antecipou ao movimento da mercadoria e o futuro chegou antes no presente, agora ele cobra o seu preço. Se este porvir não se realizar, essa previsão do futuro torna-se equivocada: o capital produtivo precisará liquidar seu próprio patrimônio para saldar a dívida. Há outra opção, onde entra mais uma complicação do sistema de crédito, o capital produtivo pode fazer seguro de suas próprias mercadorias, pagando adiantado para seguradoras uma pequena porção do valor total que suas mercadorias realizarão. Se essas mercadorias não forem vendidas, então a seguradora fica encarregada de embolsar o dinheiro que se deve à instituição financeira que adiantou os recursos. O capital produtivo se envolve numa capilarizada rede financeira.

Aqui fica evidente a importância do *capital fictício* para o funcionamento cotidiano da sociedade burguesa: empresas operam com recursos dependentes de mercadorias que ou não foram produzidas ainda ou não foram vendidas, operam com a *ficção* de uma realização futura. Se as mercadorias são vendidas, a ficção torna-se realidade e as pontas dessa rede financeira são atadas. Se as mercadorias não são vendidas ou sequer produzidas, então as pontas se alargam e buracos gigantescos aparecem na rede capitalista. A obra de David Harvey é uma das primeiras a tratar sistematicamente do capital fictício. É verdade que desde a obra clássica de Hilferding (*O capital financeiro*), já se tem reflexões sobre o tema entre os intérpretes de Marx, mas essa apreensão conceitual estava restrita à mera indicação dos desenvolvimentos teóricos marxianos em torno do sistema de crédito.<sup>13</sup> Harvey não apenas trata do capital fictício como uma figura necessária no desenvolvimento da contradição entre mercadoria e dinheiro, como estabelece a sua conexão íntima com a propriedade imobiliária e com o ambiente construído, dando ao conceito uma capacidade

---

<sup>13</sup> É o caso também da obra de Suzanne de Brunhoff, *A moeda em Marx* (1978), que Harvey utiliza abundantemente, comenta e elogia em sua elaboração sobre a relação entre dinheiro e crédito. Em outra oportunidade trataremos do conceito de dinheiro, moeda e crédito em Harvey e voltaremos à influência dessa teórica francesa sobre sua reflexão, tanto seus aspectos positivos quanto em suas imprecisões.

interpretativa que é um dos aspectos mais atuais de *Os Limites do Capital*. Para o geógrafo britânico,

a categoria de “capital fictício” é um fato implícito sempre que o crédito é ampliado em antecedência, em antecipação ao trabalho futuro, como correspondente ao valor [*counter-value*]. Isso permite um deslocamento suave do capital superacumulado em circulação para a formação de capital fixo – um processo que, em curto prazo, pode disfarçar inteiramente a aparência das crises. Mas a criação de valores fictícios frente à real produção e realização de mercadorias é sempre um negócio arriscado. O sistema de crédito torna-se a última ponta da acumulação com todos os riscos concomitantes que essa exposição traz. O intervalo entre os valores fictícios dentro do sistema de crédito e o dinheiro ligado aos valores *reais* se amplia. É montado o cenário para as crises no interior do sistema de crédito (EI: 266; EM: 270; EB: 352-353).

Em síntese: sobre os mecanismos monetários criados pela sociedade capitalista surge uma trama de crédito que não apenas agiliza mas torna mais complexo o movimento do dinheiro. Um sistema de crédito se ergue sobre a base monetária<sup>14</sup>. Essa malha confusa faz movimentar mais rapidamente o dinheiro, adianta lucros, absorve receitas, concentra poupanças e ameniza a necessidade de dinheiro sonante para o capital produtivo que mantém boa parte de seu capital (seus ativos) “preso” em edifícios, máquinas, equipamentos e mercadorias. “Tomado como um todo integrado, o sistema de crédito pode ser encarado como uma espécie de sistema nervoso central através da qual a circulação global do capital é coordenada” (EI: 284; EM: 288; EB: 374).

Nesse processo de circulação global, o sistema de crédito mistura salário e lucros, rendas e juros, ativos e dívidas, por fim, através da proliferação de diversas moedas de crédito, muitas dessas formas acabam sendo confundidas. O sistema financeiro, através da relação entre acumulação e capitalização (isto é, formação de capital fictício), pode fazer *parecer* que títulos que representam obrigações são ativos, riqueza existente, quando não passam de símbolos de uma dívida futura que deve ser saldada<sup>15</sup>.

Isso tudo cria complicações cada vez maiores para o sistema capitalista: é verdade que as instituições de créditos surgem para facilitar a vida na economia de mercado, oferecendo atalhos num mundo movido pelo dinheiro. De um lado, os capitalistas

<sup>14</sup> “Na produção capitalista desenvolvida, a economia monetária aparece apenas como base da economia creditícia” (Marx, 1985c: 85).

<sup>15</sup> “...uma acumulação de títulos pode aparecer como uma acumulação de capital monetário e tais títulos podem continuar a circular mesmo que não tenham base na produção real” (EI: 287; EM: 291; EB: 378).

industriais utilizam o crédito para adiantar todo o processo que lhes move, de outro, os consumidores utilizam o crédito para antecipar compras que não poderiam fazer se não fosse um empréstimo<sup>16</sup>. Em volta, instituições de crédito, capital a juros, sintetizando toda essa mágica monetária. Um rompimento nessa corda – a simples realização da venda sem a correspondente compra – põe tudo abaixo, só que agora com dramaticidade ampliada pela ruína conjunta de instituições que esperavam pelo pagamento de dívida em aberto, consumidores estrangulados pelas dívidas, mercados de títulos etc. Como nos esclarece Harvey, “o sistema de crédito é um produto dos esforços do próprio capital para lidar com as contradições internas do capitalismo. O que Marx vai nos mostrar é como a solução do capital acaba aumentando ainda mais em vez de diminuir as contradições” (EI: 239; EM: 244; EB: 322).

Estamos diante do “segundo corte” na teoria da crise, a extensão dos problemas da superacumulação agora para os mecanismos financeiros que, contornado barreiras temporais para a realização das mercadorias, acabam amplificando a crise. O *crash* financeiro é o resultado de uma interrupção dessa circulação global do capital que mistura passado e futuro.

Mas nisso tudo ainda estamos falando apenas da simples antecipação dos ganhos futuros, isto é, o adiantamento de recursos sobre mercadorias que serão vendidas (ou não). Nesse momento ainda estamos caminhando na complexidade *temporal* das relações produzidas pela mercadoria e pelo dinheiro – embora na própria formulação de Marx sobre a função do dinheiro como meio de pagamento, as diferentes localizações dos processos de compra e de venda sejam remetidos para explicar a necessidade do dinheiro *operar* dessa maneira.

A questão se torna mais complexa quando pensamos na base física da produção capitalista, na sua estrutura material de produção que é responsável pela construção de uma paisagem bem específica — usinas de energia, plantas industriais, galpões de estocagem, máquinas e equipamentos instalados em suas propriedades, ou seja, todo o espaço físico propriamente dito da produção capitalista. A economia política clássica define toda essa estrutura como *capital fixo* — termo que Marx passa a utilizar também, embora mobilizando-o em uma rede de reflexões críticas que é inimaginável para a economia.

---

<sup>16</sup> Para um cidadão comum agora é cada vez mais fácil dispor de um serviço chamado pelos bancos de “adiantamento de recebíveis”: salários, décimo-terceiro ou mesmo a restituição do imposto de renda são adiantados por instituições financeiras em contrapartida ao pagamento de juros.

Capital fixo refere-se às mercadorias utilizadas no processo de produção que não são totalmente consumidas durante um ciclo de rotação do capital. Diferente do capital circulante (matéria-prima e força de trabalho), o capital fixo fica presente vários períodos de operação na unidade produtiva.

Na produção do capital fixo as implicações espaciais na lógica mesma do capital não podem ser ignoradas, a não ser através de uma “teoria pura” – uma crítica a que Marx não está de todo salvo, em função dos vínculos com a *Ciência da Lógica* de Hegel, que lhe serviu de inspiração em sua crítica da economia política<sup>17</sup>. O capital fixo é um conjunto de mercadorias que tem importância central na *acumulação* de capital – sua formação é o próprio índice de desenvolvimento de uma economia capitalista.

Esse conjunto de elementos não são apenas internos à produção propriamente dita, eles são também externos, compondo a infraestrutura necessária ao funcionamento da economia para além dos portões da fábrica.

Isso nos leva à concepção de um *ambiente construído* que funciona como um vasto sistema de recursos, humanamente criado, compreendendo valores de uso incorporados na paisagem física, que pode ser utilizado para a produção, troca e consumo. Do ponto de vista da produção, os valores de uso podem ser considerados como pré-requisitos gerais e forças diretas de produção. (...)

O ambiente construído é composto por uma série de elementos diversos: fábricas, barragens, escritórios, lojas, armazéns, estradas, ferrovias, portos, estações de energia, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, escolas, hospitais, parques, cinemas, restaurantes — a lista é interminável. Muitos elementos (...) são legados de atividades realizadas sob relações de produção não-capitalistas. Em determinado momento, o ambiente construído aparece como um palimpsesto de paisagens formadas de acordo com os ditames de diferentes modos de produção em diferentes estágios de seu desenvolvimento histórico. Sob as relações sociais do capitalismo, no entanto, todos os elementos assumem a forma de mercadoria (EI: 233; EM: 238; EB: 315).

Ora, as diferentes estruturas que compõem o ambiente construído exigem relações de produção específicas. Um edifício, por exemplo, pode demorar meses ou anos para ser construído, imobilizando um investimento de capital durante um período considerável, tornando seus investidores suscetíveis a todos os humores do mercado. Além disso, como os elementos necessários a sua produção exigem um volume elevado de recursos — grande quantidade de matéria-prima (cimento, pedras, varas de ferro,

<sup>17</sup> Mas ele possuía consciência dos limites desses vínculos, apesar do caráter inacabado dos livros de *O Capital* – apenas o primeiro foi editado e reeditado (com várias correções) durante sua vida. Isso fica visível nessa passagem dos rascunhos do livro: “Será necessário, mais tarde, antes de abandonar essa questão, corrigir o modo idealista da apresentação que produz a aparência de que se trata simplesmente das determinações conceituais e da dialética desses conceitos” (Marx, 2011: 100).

vidros), numerosa força de trabalho e grandes máquinas (guindastes, caminhões, betoneiras, perfuratrizes) —, o início de sua produção só poderia ocorrer depois de muito tempo de acúmulo de recursos monetários necessários a comprar todos esses itens, incluindo aí a disponibilidade de dinheiro para manter os salários e repor a matéria-prima necessária ao longo da produção. Por fim, todo esse esforço permanecerá durante os meses ou anos da obra sem chancela social – a não ser como consumidor de mercadorias produzidas por outros e empregando força de trabalho. Enfim, sua utilidade mesma só poderá ser conferida quando estiver pronto e começar a ser utilizado para morar (no caso de um prédio residencial). Enquanto o valor de uso específico não é produzido e utilizado (o prédio servir como um ou mais lares), não haverá retorno do capital investido, porque não há valor de troca. Apenas quando for dado o “Habite-se” é que o capital começará a ser remunerado e todos os recursos investidos poderão retornar de modo ampliado.

A rotação das diversas formas de capital fixo é bastante diversa, mas em geral é de longa duração, demorando anos e talvez décadas para que seja totalmente “amortizado”. Isso porque há complexidades maiores em vista: dada a magnitude dessa nova mercadoria produzida, ela dificilmente será vendida de uma vez, pois o volume despendido torna o seu valor muito alto (mesmo considerando que um prédio poderá ser dividido em vários apartamentos). Assim, também a venda desta mercadoria dependerá de compradores-consumidores que tenham acumulado uma soma considerável de recursos monetários. Mas pode ser que o capital investido na mercadoria também não seja de todo imediatamente revertido, pois ao invés de vendê-la, os seus proprietários podem alugá-la, auferindo renda durante longos anos até que todo o recurso desembolsado esteja pago. A circulação dessa nova mercadoria pode ser feita de uma só vez ou aos poucos e o longo tempo que envolve sua produção pode se refletir no longo tempo que será necessário para circular completamente – até ser reembolsada.

O sistema de crédito é chamado a enfrentar parte considerável desses problemas, sem resolvê-los definitivamente. Ele os modifica, *deslocando-os* para outros níveis lógicos, tornando-os mais complexos e mais graves a longo prazo.

Essa complexidade que envolve a produção das mercadorias que compõem o ambiente construído traz dificuldades e desafios para uma teoria da produção capitalista que não se resolve facilmente pelas simples formulações dos manuais explicando a relação entre trabalho e meios de produção, capital investido e capital

ampliado, valor e mais-valor, salário e lucro. É preciso inserir aí o problema da renda, mas esta também não resolve muita coisa na figura fácil do proprietário de terra (seja ele no campo ou na cidade), pois há uma confusa teia de relacionamento no processo de produção mesmo dessas mercadorias que implicam relações *temporais* complexas. E também *espaciais*.

Uma parte considerável das estruturas que compõem o ambiente construído, ao se tornarem mercadorias, provocam complicações referentes ao espaço que ocupam, a sua localização e sua relação com entorno. Como visto, quanto maior o edifício a ser construído, maior a necessidade de materiais para sua construção, o número de trabalhadores ou o uso de tecnologias. Em geral, quanto maior a construção, maior o terreno que deve servir de base para a construção (o que tem implicações para a renda absoluta). A localização do empreendimento é vital para que sua utilidade seja socialmente verificada, pois grandes edifícios sem a proximidade de um mercado consumidor estão sob o risco de ser um fiasco, também é vital a proximidade de rotas de acesso e vias de transporte (com efeitos sobre a renda relativa). Por fim, o investimento realizado em capitais e tecnologia, a utilidade que o empreendimento deverá ter ou mesmo a sua localização dependem do estado geral da técnica, com desdobramentos importantes para a sua obsolescência. Uma ponte apertada frente ao novo volume de tráfego pode se tornar inútil assim que uma ponte mais larga for construída próxima, o que significa que o dinheiro investido na construção da primeira possa ainda não ter retornado quando ela se tornar inútil. Assim como uma usina pode rapidamente ser liquidada por uma concorrente mais nova que produz açúcar ou álcool com uma produtividade muito mais elevada – forçando o seu proprietário a se desfazer dessa estrutura antiquada *desvalorizada*, ou seja, vendendo-a abaixo do valor que havia sido gasto em sua produção. Por fim, um edifício de apartamentos numa cidade que está passando por um processo de esvaziamento econômico pode se tornar um grande elefante branco, um edifício fantasma antes mesmo de retornar o seu valor – seja porque os inquilinos vão se mudar e não mais pagar aluguel ou porque será também vendido abaixo do custo de produção.

Isso significa que as complexas especificidades temporais e espaciais do capital fixo em sua produção e consumo exigem soluções específicas no processo de circulação. As variáveis do espaço e do tempo não são externas a essa forma de capital, a essas mercadorias e ao processo produtivo enquanto tal, pois suas características intrínsecas criam um conjunto novo de problemas e de arranjos financeiros para abarcá-las. O fato

de que essas características tenham implicações que são mais visíveis para o processo de circulação não significa que sejam secundárias, pois aqui a produção e a circulação devem ser vistas como parte integrante de um mesmo processo: “o processo de circulação do capital é, portanto, unidade de produção e de circulação, incluindo ambas” (Marx, 1985c: 45).

É por isso que há um nexo especial entre espaço urbano e capital financeiro, isto é, um sistema de crédito extremamente desenvolvido e complexo, com elevado grau de concentração de capital-monetário e formas variadas de financiamento. A inércia espacial e temporal intrínseca ao capital fixo, que compõe o ambiente construído, são obstáculos, entraves ao desenvolvimento e à circulação de capitais. Grandes estruturas físicas que envolvem um pesado e longo financiamento dependem de um acúmulo de capital-monetário na mão de algumas instituições específicas de crédito, que possam, através da poupança reunida, arcar com os custos desse investimento de longo prazo. O Estado também se torna fundamental com o fiador em última instância do sistema de crédito e como um dos principais financiadores da própria infraestrutura física urbana, principalmente se o discurso de sua utilidade pública for devidamente explorado. O papel do orçamento público, que nada mais é do que uma forma estatizada gigantesca de reunião de recursos monetários, torna-se fundamental para financiar ou mesmo arcar, sem preocupação com o retorno, com o dinheiro necessário a grandes e complicadas construções do ambiente urbano. Capital financeiro e capital monopolista estão quase sempre associados, por vezes sua definição mesma se confunde, transbordando sua concepção para o capitalismo monopolista de Estado<sup>18</sup>.

Exatamente em virtude dessa magnitude e complexidade do ambiente construído, só enfrentada por um sistema financeiro avançado ou pelo Estado, a produção do espaço torna-se peça chave para contornar os problemas estruturais do capitalismo. “A criação de configurações espaciais e circulação do capital no ambiente construído é, podemos concluir com firmeza, um momento extremamente ativo nos processos gerais da formação e resolução da crise” (EI: 398; EM: 401; EB: 506).

Como visto, se o problema intrínseco da produção capitalista é o constante encontro com uma condição de acumulação excessiva, então a superacumulação pode ser driblada pelo encaminhamento do excesso de capital para o financiamento dessas

---

<sup>18</sup> David Harvey passa muito tempo no capítulo 10 revendo e criticando as concepções clássicas sobre o capital financeiro (principalmente as de Hilferding, mas também as de Lênin e Bukharin). Embora avance em muitas considerações, não se atreve em nenhum momento a elaborar uma definição focada que possa acabar traindo a complexidade do próprio objeto.

infraestruturas. Ou seja, se o problema evidente da superacumulação é a existência imediata de capital sem destino rentável, então a condução desses recursos para projetos de construção de longo prazo é uma maneira de enxugar o excesso de dinheiro disponível. O capital excedente põe em movimento os meios de produção e a força de trabalho que corre o risco de ficar inutilizada pela crise e adia para o futuro o enfrentamento de excesso. Com isso, o capital é consumido agora para seu uso produtivo, transformando-se em encomendas para empresas que poderiam enfrentar problemas para vender suas mercadorias num mercado saturado e empregando força de trabalho que também voltará a consumir. A manipulação com o tempo que o sistema de crédito traz em sua própria natureza realiza um *deslocamento temporal* [*temporal displacement*] que contorna a crise ou as possibilidades de ocorrência de uma crise de superacumulação. Não é por acaso que, em momentos de excesso de capital, a própria queda nos custos do crédito – “dinheiro barato” disponível – estimula a produção de prédios, residências etc. ou que o Estado, para criar “demanda efetiva”, recorra ao endividamento – captar o dinheiro excedente no mercado – para produzir infraestrutura, gerar emprego e absorver os estoques acumulados. O longo ciclo de rotação dessas mercadorias que estão incluídas na categoria de capital fixo é um modo de contornar os problemas de superacumulação exatamente porque o processo de investimento, produção, circulação e realização (que culmina com o acúmulo ampliado de capital) são estendidos em longo prazo.

Fica evidente aqui que esse “ajuste temporal” para a crise já envolve também uma dimensão espacial – na verdade, o ajuste temporal e o espacial são historicamente inseparáveis, pela própria natureza do capital que, ao estender no *tempo* o ciclo da *reprodução* através do *ambiente construído*, é responsável também pela *produção desse espaço*<sup>19</sup>. Contudo, em termos lógicos é possível separar essas duas dimensões, ficando mais evidente o papel do ajuste espacial depois da discussão sobre a propriedade da terra e as implicações espaciais mais óbvias dessa forma de mercadoria. Basta nesse momento enfatizar que o papel do *circuito secundário do capital* é exatamente fazer realizar uma longa curva que passa pelo sistema de crédito, financiamento à produção, produção do ambiente construído e finalmente circulação e consumo desse ambiente. Fazendo esse percurso por assim dizer “mais longo” do

<sup>19</sup> Por isso Harvey fala, a todo momento, em “deslocamentos espaço-temporais” (*spatio-temporal displacements*), pois não há como separar essas formas de ajuste. Ver também o seu livro sobre o novo imperialismo, principalmente o terceiro capítulo (2003 e 2004).

que na produção de mercadorias mais elementares, o capital enxuga momentaneamente o excesso de recurso em que sempre tropeça.

Mas esse percurso “mais longo” é um percurso de investimento capitalista logicamente idêntico a todos os outros, portanto, dotado da mesma obsessão pela redução de custos, elevação da produtividade, eliminação de barreiras temporais e racionalização impulsionada pela concorrência. Se muitos capitais são desviados para o financiamento da produção de edifícios de apartamentos, então quanto mais rápido um prédio for construído frente à concorrência, menores as chances desse investimento não ter retorno lucrativo. Quanto mais rapidamente suas unidades forem vendidas, menores os gastos com os custos da circulação. Quanto mais rapidamente um *shopping center* estiver disponível para acesso dos consumidores, mais facilmente os lojistas serão atraídos para estabelecer suas lojas aí, frente à um grupo concorrente. Isso amplia o capital existente e repõe o problema da superacumulação em novo patamar. Se a tendência é continuar a enxugar esse excesso de capital através do crédito, os riscos vão se ampliar ainda mais.

Quanto maior o crédito disponível para o financiamento da produção e consumo de casas, maiores as chances desse dinheiro adiantado não retornar, pois o excesso de oferta pode inviabilizar a realização desse capital fictício. Quantos maiores os rombos no crédito fornecido pelas instituições financeiras para esses investimentos ou consumo (inadimplência), menores as chances de repassar seus papéis que representam direta (hipotecas) ou indiretamente (ações) os empréstimos.

O problema da superacumulação retorna de modo ampliado e complexificado: não apenas o problema do excesso de capital e de capacidade instalada se torna agora mais amplo, repercutindo em galpões nunca utilizados, prédios vazios e casas construídas pela metade, mas também os mecanismos de financiamento contaminam vastos setores da economia com o rompimento da circulação (mercadorias não compradas, crédito não pago, títulos desvalorizados). Fundos que financiam a construção ou o consumo de imóveis quebram, seus títulos distribuídos para outras instituições que dividem os custos e riscos do crédito viram “ativos tóxicos”, seguradoras ficam sem recursos e deixam de pagar indenizações, bancos tem seu patrimônio comprimido com a desvalorização geral e ficam sem poder devolver os depósitos de seus clientes. Enfim, a rede criada pelo sistema de crédito erguido sobre o sistema monetário torna a crise muito mais grave, problemática e destrutiva do que anteriormente. O cenário aqui descrito ainda é muito simplificado frente à realidade,

mas é preciso reter exatamente esse aspecto mais significativo – até o simples cidadão que não tem vínculo nenhum com qualquer dessas etapas produtivas pode ser afetado ao perder suas economias depositadas em poupança ou conta corrente.

Estamos diante ainda da expressão mesma do “segundo corte” na teoria da crise, ou seja, da ampliação e complexificação da crise do capital depois que as “soluções” financeiras levaram a um deslocamento temporal, tornando, por fim, as contradições estruturais do capitalismo mais capilarizadas, multiplicando-as pela rede financeira. Mas, além da emergência da crise em suas manifestações elementares, aqui se manifesta uma nova face da crise, tensionada ao extremo: a crise propriamente financeira. A contradição entre a base monetária e o sistema de crédito se desenvolve, mas este não pode romper seus cordões com a substância real da moeda – o trabalho abstrato – sem alguma catástrofe. A multiplicação do crédito, a formação do capital fictício, a capitalização multiplicada para todos os cantos da sociedade, principalmente por meio das grandes obras infraestruturais, levam à correção forçada de toda essa “acumulação monetária” que se desprende da “acumulação real” e, por isso, precisa ser violentamente comprimida (desvalorizada).

A crise capitalista agora pode ser vista numa perspectiva mais aprofundada, como crise de superacumulação e crise financeira ou, que vem a ser o mesmo, uma crise de superacumulação de capital monetário (por meio de expedientes ficcionais) que precisa ser corrigido frente à sua base real, portanto, o capital físico não apenas começa a ser desvalorizado em função de seu excesso, as várias formas de moedas de crédito e títulos disponíveis no mercado perdem grande parte ou a totalidade de seu valor nominal e o próprio dinheiro corrente é corroído por processos inflacionários. Em muitos casos, assim, combinam-se paradoxalmente desvalorização das mercadorias com desvalorização de moeda<sup>20</sup>.

### **Desenvolvimento geográfico desigual: o “terceiro corte” na teoria da crise**

O resultado de toda essa reflexão de Harvey que brota do próprio conceito de capital, passa pelo capital fixo, salienta o envolvimento íntimo entre capital fixo e capital

---

<sup>20</sup> “... em resposta à superacumulação, o capital pode desvalorizar dinheiro ou mercadorias (ou alguma mistura de ambos).” (EI: 315; EM: 319; EB: 410). Na verdade, é possível mesmo distinguir a *depreciação* de mercadorias e títulos, a *desvalorização* do valor e a *destruição* de valores de uso – o detalhamento nos termos não é mero rigor terminológico mas uma capacidade de enxergar os diversos lados do mesmo processo de crise. Sobre essa diferenciação, ver EI: 84-85; EM: 93-94; EB: 142-143.

fictício e eleva ao extremo a contradição entre o sistema monetário e o sistema de crédito, ou entre a mercadoria e o dinheiro, não para por aí. Falta ainda incorporar o elemento espacial mais óbvio da teoria crítica do capital – a teoria da renda da terra.

Diferente de uma reflexão que se torna *espacialmente* significativa apenas em função das características geográficas absolutas e relativas da propriedade da terra (que atuam diretamente sobre a renda absoluta e diferencial da terra), o problema categorial do capital fixo repercute *internamente* no conceito de renda da terra, o que demonstra a sua natureza fundamentalmente fictícia. Em condições capitalistas desenvolvidas, os investimentos na propriedade imobiliária provocam tal complexidade na relação entre renda e lucro (principalmente renda diferencial 2), que a própria renda torna-se parte integrante do fluxo corrente de capital-monetário, seja contribuindo *a posteriori* com esse fluxo, seja *a priori* em virtude dos investimentos realizados na terra (benfeitorias), acabando por transformar a própria renda em um caso específico de juros (particularmente quando investimentos realizados por capitalistas amortizados se transformam em ganhos diferenciais extras para o proprietário da terra, implicando aqui toda a complexidade que está presente no capital fixo).

As reflexões de Harvey, realizadas no capítulo 11, consistem na melhor discussão sobre a teoria da renda em Marx, desenvolvida de modo profícuo e atual. Nesse capítulo, o autor investiga como a extração da renda terra, em linhas gerais, acaba por se transformar numa forma de capital a juros e como o proprietário de terra assume cada vez mais a forma de uma fração da classe capitalista propriamente dita. Do ponto de vista de uma teoria geográfica, a formulação de Harvey é ainda mais original porque não parte de uma visão tradicional do significado físico-espacial da propriedade da terra (embora isso tenha repercussões em sua teoria), mas dos elementos internos ao conceito de capital que demonstram a dimensão central de uma espacialidade contraditória. Trocando em miúdos: as complicações inerentes à rotação do capital fixo – seu longo período de produção, a demora em sua circulação, as dúvidas quanto a sua realização – tornam-se vantagens ou dificuldades estruturais da propriedade imobiliária, seja na sua forma urbana ou rural (propriedade agrícola). Grandes investimentos realizados para a instalação de uma infraestrutura física em um determinado terreno significam a materialização e a *imobilização* de grande quantidade de capital num determinado *local* por um considerável período de *tempo*.

Aqui é importante retomar uma diferença significativa nas mercadorias que compõem o capital fixo. Como dito, o capital fixo representa aquela porção do meio de produção que ultrapassa vários ciclos de rotação do capital produtivo. Assim, máquinas, equipamentos, instalações e edifícios demoram a ser amortizados conforme contribuem, durante meses ou anos, pela produção de uma infinidade de mercadorias – cada uma delas contendo uma pequena parcela do valor em movimento desse capital, que ao poucos circula até ser totalmente reembolsado. Contudo, uma máquina ou uma ferramenta difere de um edifício porque neste último caso temos um *capital fixo imóvel*, nos dois primeiros, *capital fixo móvel*.

É verdade que uma máquina de grande porte pode ser considerada imóvel depois de instalada, graças aos elevados custos de seu desmonte e remontagem em outro local. Mas também prédios inteiros podem ser desmontados e movidos para outros lugares. Assim, a história industrial está cheia de casos em que fábricas são desmontadas em determinado local e transferidas inteiramente para outros países ou continentes (usinas da Europa que hoje operam na China) ou mesmo de fábricas inteiras construídas do outro lado do mundo e que passam a funcionar por aqui (caso da indústria de celulose que veio do Japão para o Rio Jari, na Amazônia). Isso só revela o quanto os conceitos de mobilidade e imobilidade são socialmente determinados e dependem das condições históricas e tecnológicas (e volume de recursos) para serem subvertidos.

Para a maioria das formas de existência do capital, a *mobilidade* torna-se uma vantagem numa sociedade onde há uma concorrência desenfreada. Capital monetário pode ser emprestado ao resto do mundo se as possibilidades de investimentos realizados no centro do capitalismo já estão se esgotando ou se os problemas de superacumulação de capital estão surgindo. A *exportação de capital* é a forma mais simples e óbvia do *ajuste espacial (spatial fix)*, isto é, da transferência de recursos de um país para o outro no intuito de contornar os problemas de superacumulação – os clássicos marxistas do imperialismo perceberam isso de modo muito nítido e por vezes a metáfora da “exploração geográfica” entre países industriais e países agrícolas, ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, acabaram fragilizando suas teorias e as versões derivadas delas (teoria do subdesenvolvimento, teoria da dependência etc.)<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> “Os centros exploram as periferias, metrópoles exploram a sua hinterlândia, o primeiro mundo subjuga e explora impiedosamente o terceiro, o subdesenvolvimento é imposto de fora, e assim por diante. A luta de classes é resolvida numa luta das formações sociais periféricas contra a fonte central de opressão. O campo se revolta contra a cidade, a periferia contra o centro, o terceiro mundo contra o

A mobilidade também é uma vantagem da maioria das formas de mercadorias, que podem, em condição de superprodução, ser deslocadas para um mercado mais afastado, fugindo da concorrência ou amenizando os efeitos desta. Se isso vale para bens de consumo, também vale para meios de produção. O capital fixo *móvel* pode muito bem ser transferido para um país periférico se versões mais atualizadas forem implantadas num país central<sup>22</sup>. Na maioria das vezes é impossível separar a exportação de capitais da exportação dessas mercadorias, pois os empréstimos e financiamentos fornecidos pelo centro do capitalismo são regulados por contratos que preveem os gastos com mercadorias provenientes de sua própria fonte. O ajuste espacial é um instrumento longo na história da internacionalização do capitalismo e revela a maneira como o sistema externaliza as contradições que não consegue solucionar<sup>23</sup>.

Contudo, no cotidiano continua valendo o princípio de que um edifício, um galpão, uma casa ou uma grande máquina de uma indústria de processamento contínuo são imóveis. Isso significa que o capital necessário para produzir esse tipo de capital fixo não apenas será responsável por uma configuração geográfica específica – uma paisagem que é a expressão direta do investimento realizado – como também ficará “preso” durante longo período nessas formas físicas construídas. A produção realizada nesses locais precisa “pagar” gradativamente não apenas os investimentos realizados em sua estrutura física (capital fixo) como também as rendas decorrentes do uso de determinada localização. A escolha do local a ser investido para *fixar* o capital não ocorre num ambiente abstrato e desprovido de considerações geográficas. Uma propriedade ou um terreno devem ser escolhidos para a instalação de uma indústria, de um *shopping center* ou de um edifício de apartamentos se a área disponível for adequada ao empreendimento, seja pelo tamanho do terreno ou condições geológicas para a edificação (1). As estruturas físicas disponíveis no terreno podem viabilizar a implantação – seja porque há galpões no local adequados ao uso da indústria ou se o

---

primeiro” (EI: 439; EM: 442; EB: 553). Num importante artigo de 1981 em que aparecem muitas das idéias contidas nessa sua obra principal, Harvey sintetiza o resultado dessa vulgarização geográfica: “A imagem retórica espacial é tão poderosa que ameaça, de vez em quando, engolfar e substituir a interpretação da dialética interna do capitalismo, elaborada tão cuidadosamente por Marx” (2005a: 124).

<sup>22</sup> O nascimento da indústria automobilística brasileira é bem o resultado dessa transferência de tecnologia obsoleta do ponto de vista do centro do capitalismo, assim como o mercado consumidor brasileiro, principalmente aquele “popularizado” pelo governo Lula no acesso à informática, consome microcomputadores já defasados frente aos lançados nos EUA, Europa e mesmo China.

<sup>23</sup> “A contradição interna procura compensar-se pela expansão do campo externo da produção” (Marx, 1986a: 185).

terreno está limpo e não são necessários custos para a destruição da estrutura anterior, portanto conta aqui o capital fixo já disponibilizado ou não na propriedade (2). Também conta na hora da escolha da propriedade imobiliária a sua localização, a oferta de vias de circulação, seu fácil acesso ao mercado consumidor, a proximidade de fornecedores etc. (3). Por fim, devem ser considerados os potenciais futuros de desenvolvimento daquela área, tendo em vista tanto as condições vindouras externas ao investimento quanto os potenciais decorrentes do empreendimento mesmo (os impactos econômicos que ele provocará) (4). Tudo isso requer gastos anteriores ao investimento, custos adicionais durante a obra e principalmente rendas posteriores a serem pagas em virtude da valorização futura da propriedade.

Nesse último aspecto, fica evidente como as dimensões temporais do sistema de crédito estão diretamente relacionadas ao caráter dessa mercadoria especial que é a propriedade da terra: como ela não é o resultado direto de uma produção social – a terra não é produto do trabalho, apenas as melhorias nela implementadas –, sua utilidade decorre do uso futuro, seu “valor” é o resultado de uma ficção, a especulação com os futuros ganhos derivados de seu uso produtivo. O que é muito óbvio para a sociedade brasileira onde a concentração de terras é tão flagrante, mas muitas vezes não é devidamente teorizada nas formulações marxistas sobre a questão – a terra é “um puro bem financeiro”: “A terra se torna uma forma de capital fictício e as funções do mercado de terras simplesmente como um ramo particular – embora com algumas características especiais – da circulação do capital portador de juros” (EI: 347; EM: 350; EB: 447).

Ora, adicionada todas essas particularidades da propriedade imobiliária que tem repercussões sobre a forma do capital fixo, fica visível que a tensão entre a mobilidade do capital em sua forma monetária e a imobilidade física em sua forma de capital fixo chegam ao extremo. Como o capital fixo sofre os efeitos da concorrência, durante o prolongado tempo de circulação, essas formas físicas podem não apenas sofrer com a

**“a teoria de Harvey não trata de demonstrar os efeitos da crise do capital sobre o espaço urbano. A grande contribuição de *Os limites do capital* é que a crise urbana é inseparável da crise do capitalismo. As crises *aparecem* no espaço urbano no sentido mais preciso da formulação hegeliano-marxiana: elas são a forma decorrente e necessária da essência crítica e destrutiva do capital, não um mero reflexo”.**

conjuntura econômica geral de uma cidade, região ou país ou perder sua utilidade frente à concorrência em virtude de algum desenvolvimento tecnológico que as tornem obsoletas. A *inércia temporal* representa uma fragilidade enorme para essa forma de capital. Mas não apenas isso: a *imobilidade espacial* também representa uma barreira gigantesca para o capital, pois não permite solucionar pela transferência o problema da amortização dessas estruturas. Por isso, quanto maior o tempo de rotação do capital fixo *fixado*, maiores os riscos de sua insolvência. Aqui fica evidente como a contradição inerente às formas de capital são diretamente responsáveis por seu *desenvolvimento geográfico desigual*: os extremos da fluidez do capital monetário e da imobilidade do capital fixo conduzem o *movimento* da acumulação capitalista por vias sinuosas.

Portanto, a teoria de Harvey não trata de demonstrar os *efeitos* da crise do capital sobre o espaço urbano. A grande contribuição de *Os limites do capital* é que a crise urbana é inseparável da crise do capitalismo. As crises *aparecem* no espaço urbano no sentido mais preciso da formulação hegeliano-marxiana: elas são a forma decorrente e necessária da essência crítica e destrutiva do capital, não um mero reflexo<sup>24</sup>. Galpões abandonados, fábricas desativadas, desemprego massivo, edifícios e casas vazias, moradores de rua, equipamentos públicos em decomposição e sem manutenção – a paisagem de crise do capitalismo não é *privilegiadamente* urbana, ela é a sua expressão mais adequada e inseparável. O “terceiro corte” na teoria da crise tem a função exata, na exposição de David Harvey, de lidar com “a formação da crise em seus aspectos espaciais” (EI: xxxiii; EM: 10; EB: 39), ou numa, formulação mais adequada, propõe a mostrar o papel da “geografia nos processos de formação e resolução das crises” (EI: 415; EM: 418; EB: 526).

Esse desenvolvimento geográfico desigual não é fácil de ser acompanhado criticamente, decodificado em seu movimento empírico ou previsto em formulações teóricas. As formulações “engessadas” que opõem centro e periferia, norte e sul, países pobres e ricos ou regiões pobres e ricas, campo e cidade etc., acabam sempre tendo que enfrentar os efeitos de sua generalização excessiva – os tecnopolos dos países periféricos, as cidades industriais abandonadas do centro capitalista, a riqueza opulenta em meio às favelas latino-americanas ou o ambiente tecnologicamente

<sup>24</sup> Por isso o livro sobre Paris é tão importante para “ilustrar” e ao mesmo tempo “comprovar” as manifestações histórico-concretas dessa teoria da crise do capitalismo, que é simultaneamente uma crise “urbana” e uma crise “econômica”. “Temos teorias abundantes do que se sucede *na* cidade, mas falta uma singular teoria *da* cidade” (Harvey, 2003b: 18; 2008: 27).

artificial do agronegócio moderno. Mas é possível, em linhas gerais, pressupor dois possíveis desdobramentos dessa contradição entre o capital imobilizado na paisagem geográfica, no valor cristalizado no ambiente construído que ansiosamente deseja se mobilizar. As duas elaborações são formas possíveis de operação do ajuste espacial.

Um ambiente construído inerte se transforma num entrave à recuperação do capital em forma líquida – nas crises, a “preferência pela liquidez” (Keynes) se torna uma necessidade porque a imobilidade do capital em estruturas físicas inviabiliza o cumprimento das obrigações financeiras, pagamento de dívidas, aplicação do capital monetário para evitar desvalorização etc. Uma primeira alternativa do capital frente à crise é simplesmente liquidar ou abandonar de vez as estruturas construídas para poder ter controle sobre o seu capital – voltar à fluidez na forma monetária. O abandono do capital fixo instalado pode libertar o capital dos custos de sua manutenção, cortar o cordão que o prende a uma determinada localidade e região falida e poder deslocar o capital restante, mesmo reduzido, para outras regiões com melhores perspectivas<sup>25</sup>. Aqui, a exportação de capital deixa atrás de si cidades e regiões inteiras abandonadas à sua própria sorte. Essa “solução” na maioria das vezes não é exatamente um abandono puro e simples do capital fixo ocioso, mas a sua liquidação a baixo preço, tentando conseguir minimizar os efeitos da crise e restaurar em forma fluída o capital imobilizado. O “vai-e-vem do capital” (Neil Smith) é o padrão geográfico típico do capitalismo, difícil de ser empiricamente previsto ou acompanhado<sup>26</sup>.

Uma segunda maneira de enfrentar a crise não é inseparável da condição da formulação anterior, embora com suas especificidades. Trata-se de, em função da desvalorização brutal do ambiente construído, o baixo preço em que foi liquidado o capital fixo torna viável a sua destruição para que estruturas mais novas possam ser

<sup>25</sup> Fundos de investimento imobiliário que conseguiram sobreviver ao colapso do *subprime* nos EUA deslocaram suas atividades para a China ou mesmo para o Brasil, pois nesses países o mercado imobiliário continuou “virtuoso” mesmo depois da quebra financeira de 2007-2009.

<sup>26</sup> A formulação de uma teoria do desenvolvimento geográfico desigual baseado na teoria de valor de Marx foi levada a cabo por Neil Smith em sua obra principal (1988), que pode ser vista como um desdobramento, uma complementação e em alguns aspectos até uma crítica de *Os Limites do Capital*. Com a discussão sobre a “produção da natureza” e “produção do espaço”, Neil Smith dá um passo além de Harvey ao considerar o espaço na sociedade burguesa não apenas como forma da produção e circulação com implicações ao conteúdo técnico-material, mas como a própria forma social da subjetividade e da objetividade (espaço abstrato). A importância da elaboração de Smith sobre o desenvolvimento desigual é tamanha que Harvey reconhece, em nota, que os dois últimos capítulos do seu livro são resultado da discussão com o seu aluno e com Beatriz Nofal (economista e ex-deputada argentina formada em Johns Hopkins). Voltaremos a essa relação entre os dois autores em outra ocasião.

erguidas no local. Aqui a tensão entre a cristalização do valor na estrutura física do capital imobilizado e a sua necessidade de ombrear-se com a concorrência atinge o extremo da destruição de capital – e as crises nada mais são do que destruição sistemática de trabalho social acumulado na forma de capital. Portanto, numa conjuntura favorável, durante as fases de recuperação ou expansão do ciclo, o grande volume de capital imobilizado pode ser um entrave à renovação das instalações porque é preciso recuperar os recursos investidos em sua produção, mesmo que isso signifique começar a sofrer diante da concorrência que utiliza instalações mais modernas. Mas diante da selvagem desvalorização dessas instalações, as perdas em sua destruição podem ser recompensadas pela posterior renovação em bases tecnológicas mais avançadas. Assim, é própria à crise a devastação de estruturas físicas para que elas possam ser reconstruídas em condições tecnológicas superiores. Isso significa que, em determinadas condições históricas, a crise cria os instrumentos de sua própria superação. Aqui se abre toda uma possibilidade de renovação do ambiente construído como forma de superar a crise, a “destruição criativa” torna-se a estratégia usual do capital de constantemente superar suas próprias barreiras<sup>27</sup>. Nesse caso, o que temos é na verdade uma combinação de ajuste temporal e ajuste espacial: os recursos monetários excedentes e sem uso (superacumulados) podem ser utilizados na destruição e reconstrução das próprias estruturas que foram responsáveis pela sua produção, com o que o problema é temporariamente deslocado até que essa nova configuração física produtiva volte a produzir lucros (que provavelmente serão ampliados pela renovação em condições de produtividade ainda mais elevadas). Aqui um ajuste temporal (via sistema de crédito) leva a um ajuste espacial, uma reestruturação geográfica.

Toda essa complexidade leva aos fenômenos do “redesenvolvimento” de antigas áreas de uma determinada cidade, a criação de novas centralidades urbanas em terrenos antes abandonados e desvalorizados, com estruturas antigas ou tecnologicamente

---

<sup>27</sup> Remetemos ao livro sobre Paris, novamente, pois a crise de 1847-1850 foi superada exatamente pela grande mobilização de capital financeiro, recursos públicos (endividamento municipal e federal) e força de trabalho para que a cidade fosse reconstruída segundo os desígnios de Napoleão III e o Barão de Haussmann. Harvey opera todo o potencial interpretativo da teoria dos ajustes espaço-temporais e da “destruição criativa” do capital, expressão consagrada por Schumpeter mas que ele encontra originalmente no *Guia de Paris de 1867* em referência às obras de Haussmann (2003b: 334; 2008: 254).

ultrapassadas, a refuncionalização e gentrificação de áreas há muito abandonadas pelos investimentos do capital imobiliário<sup>28</sup>.

Contudo, essa não é a única maneira de manifestação da reestruturação espacial na teoria do capital – isto é, como resultado de uma crise. Durante a fase de grande crescimento do ciclo econômico, quando as barreiras à produção são contornadas pela ampliação do crédito, os problemas de superacumulação são superados temporariamente pelo inchaço do sistema de crédito, pela multiplicação da moeda creditícia em suas diversas formas e pela ficcionalização da riqueza. Ocorre a passagem no ciclo econômico da fase de “expansão baseada no crédito” para a “febre especulativa”<sup>29</sup>. Nesta fase, a oferta financeira desenfreada torna possível todo o tipo de loucura, inclusive o financiamento de grandes obras de infraestrutura que põem abaixo formas físicas anteriores, muitas ainda novas. O excesso de crédito é tal que a orgia especulativa permite que o capital fixo seja destruído, mesmo que não esteja desvalorizado, pois as perspectivas futuras de ganhos – exageradas — indicam a possibilidade de retornos elevados.

O capitalismo depende cada vez mais do capital fixo (incluindo o que está incorporado em uma paisagem específica de produção) para revolucionar a produtividade de valor do trabalho, apenas para descobrir que sua fixidez (a distribuição geográfica específica) se torna a barreira a ser superada. A tensão entre a instabilidade gerada pelo capital recém-formado e a estagnação associada com os investimentos passados, está sempre presente na geografia da produção capitalista (EI: 394; EM: 397; EB: 502).

A produção do espaço urbano pode tanto decorrer da crise quanto participar de sua preparação, contribuindo com o acúmulo anterior de contradições que a torna inevitável. É uma questão de tempo, mas como são constantes e comuns, as crises do capitalismo não tardam. Crises que são desdobradas, contornadas ou superadas por meio das várias formas de ajustes, seja pelo deslocamento das operações no tempo,

---

<sup>28</sup> Encontramos aqui a origem do conceito de *intervalo de renda* (*rent gap*) de Neil Smith, o fundamento teórico de suas análises da gentrificação: “O intervalo de renda [*rent gap*] é a disparidade entre o nível potencial da renda do solo e a renda capitalizada atualmente sob o uso presente da terra. O intervalo de renda [*rent gap*] é produzido inicialmente pela desvalorização do capital (o que diminui a proporção da renda do solo possível de ser capitalizada) e continua através do desenvolvimento e expansão urbana (que historicamente eleva o nível potencial da renda do solo no centro da cidade) (...). Somente quando este intervalo surge, o reinvestimento pode ser esperado, pois se o uso atual consegue capitalizar toda ou a maior parte da renda do solo, pouco benefício pode vir do redesenvolvimento.” (Smith, 1996: 65).

<sup>29</sup> Uma formulação breve e rica de Harvey sobre o “ciclo da acumulação” está exposta no capítulo 10. Como se sabe, não há uma teoria acabada do ciclo em Marx, ainda que muitas passagens fragmentárias de sua obra indiquem um caminho a ser seguido na compreensão dessa questão.

seja através do deslocamento geográfico. Mas até quando esses ajustes podem funcionar?

### **Crise cíclica *versus* crise estrutural: os limites dos *Limites*.**

A exposição dos três cortes na teoria da crise, realizada por David Harvey em partes específicas da obra, não tem um caráter sequencial que deva indicar a sucessão dos processos de crise ao longo do capitalismo. O desenvolvimento histórico do capital enfrenta as crises de superacumulação, financeiras e geográficas conjugadamente. Observações feitas na introdução original e novamente na introdução da nova edição inglesa destacam que esses “cortes” não são lineares, mas compõem “aspectos simultâneos” da unidade capitalista (EI: xix; EB: 23). Essa possibilidade de interpretação equivocada não se restringe à obra de Harvey. Há uma longa história de tratamento redutor do problema da crise em Marx, como se este fosse exclusivamente um problema de “queda tendencial da taxa de lucro”. Entretanto, a crise aparece em diversas fases na estrutura lógica de *O Capital*, abordadas por ângulos distintos, exatamente porque ela precisa ser construída através das diversas esferas do capital, desde a produção, passando pela circulação, distribuição e mesmo consumo (as leituras subconsumistas, portanto, são apenas uma leitura parcial da complexidade crítica do capital).

Os três “cortes” devem ser tomados no mesmo sentido de “camadas” reveladas na estrutura do capitalismo através da análise teórica, mas a circulação global do capital não *atravessa* essas camadas, pois o capital mesmo deve ser visto como essas *camadas* em movimento. Só assim é possível pensar toda a unidade orgânica do movimento capitalista.

Deste modo, o deslocamento geográfico das contradições (ajuste espacial) não surge depois do adiamento financeiro (ajuste temporal) ou somente após a desvalorização do capital superacumulado — o que poderíamos chamar de “ajuste estrutural”<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Não há uma formulação conceitual acabada para o ajuste realizado com a desvalorização do capital diante do “primeiro corte” na teoria da crise. Harvey fala em “ajuste organizacional e estrutural” (EI: 198; EM: 204; EB: 275) para dar conta das tentativas de solução para o problema da superacumulação de capital. Aqui o termo original utilizado é exatamente *adjust* e não *fix*. Essas reorganizações estão na raiz da própria mudança das formas de concentração de capital e de organização da produção, daí a passagem das finanças competitivas para o monopólio financeiro e então para o capitalismo monopolista. As reestruturações são uma maneira sempre utilizada para tentar solucionar o problema de excesso de capital, são uma “permanente solução estrutural para as contradições internas do capitalismo” (EI: 199). Na edição brasileira essa passagem é traduzida como “solução estrutural

Esses ajustes estão operando em conjunto e, por isso, reorganizando simultaneamente as contradições do capital, de modo que são responsáveis inseparavelmente pela reprodução ampliada dessas contradições tanto interna quanto externamente. Isto é, os problemas da superacumulação ressurgem sempre de modo mais violento e complexo em cada etapa e em cada canto em que o capital esteja atuando.

Desvalorização da estrutura produtiva pode abrir caminho para uma nova fase de ascensão capitalista. O uso sistemático do crédito pode agilizar os ciclos do capital e resolver momentaneamente os problemas de realização das mercadorias, de reposição dos insumos, de amortização do capital fixo etc. Excesso de mercadorias, força de trabalho e capital em determinada região, país ou continente podem ser exportados para outro local e abrir um novo horizonte para a acumulação. Investimentos em infraestrutura e no ambiente construído podem absorver o excesso de capital monetário e criar uma expectativa de valorização futura que constrói um clima de euforia e alta numa região, país ou mesmo em escala global.

Contudo, todas essas soluções estruturais, temporais e espaciais são momentâneas e não podem resolver as contradições do capitalismo de modo definitivo. A reestruturação de uma indústria pode ampliar a produtividade e dispensar trabalhadores, criando excesso no mercado de trabalho e reduzindo o consumo das massas. O sistema financeiro pode agilizar as rotações do capital, mas cria circuitos secundários de títulos de dívida, levando a uma ampliação de moedas de crédito que podem parecer aumento da riqueza, mas são na verdade explosão do endividamento. A transferência de mercadorias, trabalho e capital para outro país ou continente pode representar a criação futura de concorrentes quando a produção nesses novos locais estiver amadurecida. A produção de infraestrutura e do ambiente urbano, finalmente, podem representar uma síntese dessas contradições, principalmente porque trazem para a relação tensa entre o local e o global as complexidades da contradição entre a inércia do capital fixo e a mobilidade fluída do capital monetário.

Aqui surge uma questão delicada que nos revela uma hesitação na teoria de Harvey. Escrevendo sob a luz da crise da década de 1970, quando o capitalismo enfrentou o esgotamento de seu mais longo ciclo de expansão, ele teoriza sem desconsiderar os processos reais de reestruturação produtiva, mudanças tecnológicas e organizacionais,

---

permanente para as contradições internas do capitalismo” (EB: 276), uma pequena mudança na posição do adjetivo que violenta o sentido da obra de Harvey, pois as soluções não podem ser permanentes. Na edição mexicana o adjetivo some (EM: 205).

exportação de capitais e expansão imperialista, descolonização e industrialização periférica e forte concorrência industrial dos aliados dos EUA (Japão e Alemanha). Deslocamentos e ajustes de toda ordem foram expedientes utilizados no enfrentamento de diversas crises durante todo esse longo percurso na história capitalista. Mas não há mais limite externo para o desenvolvimento capitalista e as estruturas de crédito são já extremamente complexas e destrutivas. Numa passagem que é mais atual do que na época de sua elaboração, há trinta anos atrás, Harvey não fala exatamente da globalização, mas delineia de modo nítido o problema das crises que se tornaram globais:

O desenvolvimento geográfico desigual e a expansão não podem curar as contradições internas do capitalismo. Os problemas do capitalismo não podem, portanto, ser resolvidos através da magia instantânea de algum "ajuste espacial". No entanto, é importante reconhecer que as crises mais gerais surgem do caos e da confusão de eventos especiais locais. Elas são construídas sobre processos concretos de trabalho individuais e trocas no mercado, transformando-se em crises globais na qualidade de trabalho abstrato, na forma valor. As restrições temporais e espaciais ao tempo de rotação asseguram a produção de uma variedade de diferenciações regionais. Portanto, crises são construídas através do desenvolvimento geográfico desigual, coordenado por formas organizacionais hierárquicas. E a mesma observação se aplica aos impactos da desvalorização. Eles sempre são sentidos em lugares e tempos particulares, são construídos em configurações regionais, setoriais e organizacionais distintas. Os impactos podem ser espalhados e até certo ponto atenuados por meio do deslocamento de fluxos de capital e de trabalho entre setores e regiões (muitas vezes simultaneamente) ou por meio de uma reconstrução radical de infraestruturas físicas e sociais. As crises globais são construídas através do impacto das crises de deslocamento menos traumáticas (EI: 431; EM: 434; EB: 544).

A maturidade do capitalismo, que agora alcançou todos os cantos da terra, não pode repercutir as mesmas crises cíclicas de sempre, como se os problemas fossem simplesmente ampliados sem mudança em sua natureza<sup>31</sup>. Se não há solução permanente para as contradições do capitalismo, de modo algum a história do capitalismo pode ser considerada como um eterno desenrolar de "ajustes" sempre idênticos. Essa reflexão nos leva, inevitavelmente, à controversa oposição entre *crises*

---

<sup>31</sup> "O limite externo a este processo encontra-se no ponto em que cada pessoa, em todos os cantos do mundo, é capturado dentro da órbita do capital. Até que esse limite seja atingido, as resoluções 'externas' às contradições internas do capitalismo parecem totalmente viáveis" (EI: 415; EM: 418; EB: 525). A questão é exatamente precisar esse "ponto" onde necessariamente as crises deixam de ser cíclicas. Crise estrutural e globalização parecem ser indissociáveis.

*cíclicas e crise estrutural* do capitalismo. Harvey apresenta essa questão rapidamente ao discutir o “segundo corte” na teoria da crise:

Existe um considerável debate nos círculos marxistas quanto a saber se as crises devem ser consideradas como questões cíclicas temporárias, culminando, talvez, no desenlace final da catástrofe capitalista, ou como declínios seculares de longo prazo, caracterizada pela degeneração progressiva e fraqueza em face das crescentes contradições internas. (EI: 328; 331; EB: 425).

Harvey parece recusar o “desenlace final da catástrofe capitalista”, tomando o rumo de incorporar o papel do Estado em mitigar as crises — não eliminando-as, claro, mas mudando sua natureza de modo a transformá-las em “recessão controlada”. O geógrafo britânico não comunga de modo algum com a concepção hilferdiana de um “capitalismo organizado”, onde a monopolização dos processos concorrenciais e a administração estatal teriam resolvido os problemas estruturais do capitalismo. Pelo contrário, logo no parágrafo seguinte, vai indicar que o “uso crescentemente autoritário do poder do Estado” (EI: 328; EM: 331-332; EB: 425) aparece como uma resposta quando os *limites* da capacidade do Estado em administrar as crises são colocados. Em outras passagens ele rapidamente comenta e elogia as elaborações de James O’Connor sobre o crescente endividamento público, mostrando as próprias contradições financeiras em que o Estado se enfiou, mas as reflexões escapam para a necessária mudança de estratégia nas perspectivas de “transição para o socialismo” (EI: 329; EM: 332; EB: 425).

Há uma hesitação em Harvey em discutir sistematicamente sobre a possibilidade de uma crise estrutural ou de um colapso do capitalismo. Isso é indicado ao tratar do “primeiro corte”, pois nesse momento a indecisão em enfrentar a questão teórica de uma “crise estrutural” foi *resolvida* como uma “enfurecida ambivalência” do próprio Marx. Reconhecendo a importância de discutir os desdobramentos críticos do capitalismo como uma questão que não é meramente acadêmica, pois envolve opções e tarefas políticas, a tensão entre o desenrolar indeterminado de crises cíclicas cada vez mais violentas e a possibilidade de uma catástrofe final é contida no campo da ambiguidade própria do texto marxiano citado:

(...) o máximo desenvolvimento da força produtiva e a máxima expansão da riqueza existente coincidirão com a depreciação do capital, a degradação do trabalhador e o mais estrito esgotamento de suas capacidades vitais. Essas contradições levam a explosões, cataclismos, crises, nas quais, pela suspensão momentânea do trabalho e a destruição de grande parte do

capital, este último é violentamente reduzido até o ponto em que pode seguir empregando plenamente suas capacidades produtivas sem cometer suicídio. Contudo, essas catástrofes regularmente recorrentes levam à sua repetição em uma escala mais elevada e finalmente à destruição violenta do capital (Marx, 2011: 627-628).

Apesar de todas as possibilidades abertas nessa citação, os momentos catastróficos da obra de Marx são interpretados como uma “mistura de *insight* agudo, exposição confusa e julgamento intuitivo, temperados com uma pitada daquela visão milenar a que Marx era propenso” (EI: 230; EM 208; EB: 280). Como Harvey ainda precisa desenvolver o segundo e terceiro “cortes” na teoria da crise, esse juízo de um Marx milenarista acaba por afugentar, através da depreciação adjetiva, a possibilidade de teorização de um “limite absoluto” ao desenvolvimento do capital, o que está explícito no raciocínio de Marx em vários momentos dos *Grundrisse*, onde desenvolve até o extremo a contradição do capital que elimina a sua necessária base e medida (o trabalho). Esse “extremo” é o ponto em que a única saída para as contradições agudas é uma nova sociedade<sup>32</sup>.

Mas com a exposição posterior das duas outras camadas da crise, renova-se a tensão e aumenta a suspeita de que não é possível a esse sistema destrutivo permanecer indefinidamente fazendo uso de momentos de crise como forma de reorientar seu desenvolvimento. Como Harvey diz, mais à frente, “em longo prazo, não há solução *externa* para as contradições internas do capitalismo” (EI: 414; EM: 417; EB: 525). E a formulação de Harvey da “crise global” ressoa exatamente essa possibilidade.

Depois de um longo período em que todos os expedientes foram utilizados, se não há mais fronteira externa a ser ocupada pelo capital, se “não há ‘ajuste espacial’ que possa conter em longo prazo as contradições do capitalismo” (EI: 442; EM: 445; EB: 556),<sup>33</sup> então a transformação do caráter cíclico das crises numa forma permanente de crise, numa *crise estrutural*, deveria ser considerada. Isso significa que, pelo próprio caráter histórico dessa formação social e, principalmente, em virtude de suas contradições progressivamente mais destrutivas, o desenvolvimento capitalista não pode se prolongar indefinidamente, *ad aeternum*, mas deve necessariamente atingir

<sup>32</sup> “A crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade às suas relações de produção anteriores manifesta-se em contradições agudas, crises, convulsões. A destruição violenta do capital, não por circunstâncias externas a ele, mas como condição de sua autoconservação, é a forma mais contundente em que o capital é aconselhado a se retirar e ceder espaço a um estado superior de produção social” (Marx, 2011: 627).

<sup>33</sup> Como expôs numa conferência no Brasil, “o capital nunca resolve suas tendências de crise, ele simplesmente as move de lugar” (Harvey, 2013: 45).

um limite inevitável, além do qual a reprodução não pode mais ocorrer de modo ampliado<sup>34</sup>.

Mas Harvey em nenhum momento volta a enfrentar essa questão: apesar da sua formulação da “crise global” apontar para isso de modo quase obrigatório, ele contorna o problema sem discutir, dando uma solução que afugenta qualquer possibilidade de “crise estrutural” ou limite absoluto para a ampliação capitalista – ele termina seu último capítulo sobre a “crise na economia espacial do capitalismo”, com uma “anotação apocalíptica” (Noel Castree), apresentando a “guerra global” como uma forma sistemática de desvalorização capaz de enfrentar a “crise global”<sup>35</sup>. A teoria do imperialismo, as clássicas formulações marxistas sobre os “gastos militares” e a denúncia constante do poder do “complexo industrial-militar” tornam-se elementos agora organizados em torno da possibilidade de uma conflagração generalizada:

Os marxistas, desde que Luxemburgo escreveu pela primeira vez sobre o assunto, têm sido atraídos para a ideia de que os gastos militares são um meio conveniente de absorver os excedentes de capital e de força de trabalho. A obsolescência instantânea dos equipamentos militares e a fácil manipulação das tensões internacionais em uma demanda política para o aumento de gastos em defesa, acrescenta brilho à essa ideia. O capitalismo, por vezes, é estabilizado pelo orçamento da defesa, embora de maneira que priva a sociedade de programas mais humanos e socialmente vantajosos. Essa linha de pensamento é traçada, infelizmente, segundo o molde subconsumista. Digo "infelizmente" não tanto porque esta interpretação é errada, mas porque a presente teoria sugere uma vez mais a interpretação sinistra e aterrorizante dos gastos militares: as armas não só devem ser compradas e pagas através de excedentes do capital e do trabalho, mas também devem ser colocadas em uso. Pois este é o único meio de que o capitalismo tem à sua disposição para alcançar os níveis de desvalorização agora requeridos. A noção é terrível em suas implicações. Que melhor razão

<sup>34</sup> Fica inevitável aqui a comparação com uma série de autores que interpretam exatamente a incapacidade de “ajustes” num capitalismo superdesenvolvido e global como a manifestação de seu limite absoluto. Robert Kurz (1933) e a sua compreensão do “colapso da modernização” vai exatamente nesse sentido, assim como István Mészáros (2002) e sua formulação de uma “crise estrutural” do capital; o que significa que o capitalismo, para esses autores, ultrapassou ou chegou ao fim de seu ciclo histórico de ascensão. Paul Sweezy e o seu grupo ligado à *Monthly Review* (com quem Harvey tanto dialoga ao longo do livro) têm uma interpretação de que o capitalismo atingiu a sua maturidade e não há mais possibilidade de ciclo expansivo como antes, por isso o “endividamento” e a explosão financeira comparecem para simular a normalidade. Mészáros teve um diálogo profícuo com esses últimos autores e sua teoria é em grande medida o resultado dessa influência.

<sup>35</sup> “Diante dessa lógica contraditória, Harvey termina *The Limits to Capital* com uma anotação apocalíptica — a sua teoria do ‘terceiro corte’ da crise. Eventualmente, ele argumenta, ajustes espaciais e temporais em conjunto deixarão de fornecer uma válvula de segurança para o sistema como um todo. Nesse ponto é provável que ocorra uma corrida louca (como ele aponta que ocorreu depois de 1930) entre os países capitalistas para evitar sofrer as piores consequências da crise econômica” (Castree, 2008: 68).

para declarar que é a hora de que o capitalismo se vá para abrir caminho a um modo de produção mais saudável? (EI: 444-445; EM: 447; EB: 559).<sup>36</sup>

A guerra global se torna ela mesma uma forma de “ajuste”, destruindo sistematicamente as forças produtivas, o capital, a força de trabalho e a paisagem do capital para que este possa novamente encontrar campo aberto para se desenvolver. Não é o caso aqui de rejeitar essa “solução” que Harvey oferece à tensão entre crise cíclica e, latente em sua obra, crise estrutural – a guerra generalizada pelo globo torna-se um limite e um perigo que só pode desaparecer com a emancipação social.

Mas, pensar nesses termos evidentemente não resolve o problema teórico da exaustão dos deslocamentos e ajustes, pois passa a impressão de que a lógica capitalista *persiste indefinidamente* se não for destruída pelas forças bélicas que desenvolveu (o que implica numa destruição da própria sociedade) ou se não for superada por uma revolução socialista<sup>37</sup>. Essa última solução fica dependente da ação e vontade dos indivíduos que arregimentam essas forças colocadas à sua disposição. Não queremos desprezar a capacidade criativa e transformadora, mas a força fetichista do universo da mercadoria contém uma irresistível atomização social, portanto, prescrever o *limite* ao desenvolvimento capitalista unicamente nos termos de uma ação consciente parece um contrabando teórico subjetivista.<sup>38</sup> E estamos tratando aqui do *limite ao desenvolvimento capitalista*, não de transição para além do capitalismo – que deve requerer, obviamente, a transformação consciente da vida cotidiana, pois em sua própria natureza não pode ser um movimento involuntário.

Sem dúvida, a questão da possibilidade de destruição total está colocada na ordem do dia, pois essa possibilidade tem a objetividade brutal dos mísseis intercontinentais, ogivas nucleares e programas automáticos de lançamento que dependem apenas de um pequeno gesto de vontade. A capacidade de destruição mundial continua, mesmo depois do fim da Guerra Fria — embora com maiores chances de a “guerra global”

<sup>36</sup> Aqui é a tradução mexicana que tem problemas: ao invés do subconsumismo ser visto como um “molde” interpretativo ele é convertido num problema real: “esta linha de pensamentos prevalece em parte do mundo onde há baixo consumo” (EM: 447). Isso distorce a crítica que Harvey faz às teorias da crise subconsumistas no terceiro capítulo da obra.

<sup>37</sup> A teoria da “acumulação por despossessão” (*accumulation by dispossession*) é uma forma de resolver essa tensão nas obras posteriores, em virtude do fato de que desde a década de 1970 uma “série de ajustes espaço-temporais [*spatio-temporal fixes*] (...) fracassaram, mesmo a médio prazo, em tratar os problemas da superacumulação” (Harvey, 2003: 108; 2004: 93). Aqui o problema da “superacumulação” se torna crônico e não mais cíclico. Contudo, não temos condições de analisar essa tensão entre “crises cíclicas” e “crise estrutural” em obras posteriores de Harvey.

<sup>38</sup> Já fizemos uma crítica dos fundamentos subjetivistas da teoria de David Harvey em outro momento (Botelho, 2014).

assumir a forma de uma “guerra civil molecular” (Enszemberger: 1995), onde os conflitos de “baixa intensidade” se multiplicam por todos lados, incluído aí a “guerra nuclear invisível” com urânio empobrecido (Meissonnier: 2001). O capitalismo não nos cansa de surpreender com sua capacidade destrutiva. Mas o condicionamento de um *limite absoluto* para o desenvolvimento capitalista a uma revolução parece incorrer na metafísica que converte a forma *historicamente determinada* desta sociedade em uma *determinação permanente* de reconstrução econômica.

### Últimas observações: sobre a tradução brasileira

107

Em vários momentos, nas páginas anteriores, fizemos comentários sobre deslizos e problemas na tradução para o português dessa obra fundamental de David Harvey. Através dessas notas, poderia parecer que as dificuldades na tradução se referem à opção criticável de um ou outro termo, uma confusão no sentido ou um equívoco em alguma passagem, sem maiores danos para o conjunto do texto e dos argumentos principais da obra. Mas as complicações não são apenas dessa ordem e comprometem gravemente a compreensão do livro.

Existem erros que se parecem meros de digitação, onde termos próximos são confundidos: “O valor de uso do dinheiro como uma mercadoria é bastante claro, mas o que dizer do seu valor de uso e do seu valor de troca?” (EI: 258-259; EB: 344). A confusão aqui é a substituição de valor por valor de uso, que aparece repetido. Contudo, em outros momentos expressões parecidas não são devidamente respeitadas quando passam para o português. Em vários momentos, principalmente no capítulo 12, “economia espacial” (*space economy*), é traduzido como “economia de espaço”, o que não apenas reduz um conceito amplo para uma função microeconômica (redução de custos de ocupação espacial – *economy of space*), como distorce o objetivo mesmo da obra de Harvey, que é a ênfase em processos espaciais na economia e não a derivação espacial de processos econômicos.

Em outros trechos, há erros na tradução que submetem a própria teoria do valor de Marx a incoerências. No capítulo 9, Harvey salienta que os capitalistas emprestadores do dinheiro (*money capitalists*) apenas absorvem o mais-valor, ao invés [*rather than*] de gerá-lo (EI: 261). Em português isso foi vertido como “os capitalistas monetários absorvem mais que o mais-valor gerado” (EB: 346), o que torna a relação entre capital

produtivo e capital a juros insustentável, pois estes absorveriam todo o lucro (e também parte dos salários, pois absorvem “mais que o mais-valor”).

Em outro momento há um resultado parecido com este, mas o problema na tradução é mais sutil porque a frase “o problema é interpretar o pagamento de juros, que não é claramente (*plainly*) uma porção da mais-valia” (EI: 274) foi transformada em “o problema é interpretar o pagamento de juros, que, evidentemente, não é uma porção do mais-valor” (EB: 362). O advérbio *plainly* pode ser traduzido como claramente ou, o que faria mais sentido na lógica do capital, devido ao encobrimento que os processos de distribuição dos rendimentos (salário, lucro, juros) fazem em relação à produção do valor, *aparentemente*. Contudo, com a simples mudança no adjunto adverbial, o que era o modo dúbio de manifestação do mais-valor como juros, torna-se a sua desvinculação deste<sup>39</sup>.

Algumas reflexões de Harvey são de tal modo distorcidas pela tradução que muitas vezes se consegue o exato sentido contrário do que ele expressava. Nesses casos, é fácil ver que há algo errado com o texto, pois a conclusão é o oposto do que o raciocínio nos encaminha. Tratando da complexificação das moedas de crédito e formação do sistema financeiro, Harvey diz que “quando os bancos emitem seus próprios certificados (*notes*) ou permitem cheques baseados nestes, eles substituem com a sua própria garantia a de inumeráveis capitalistas individuais” (EI: 247). Aqui a reflexão se encaminha em mostrar, evidentemente, que os bancos fazem o papel de garantidores das relações monetárias e de crédito, fornecendo recursos para enlaçar caminhos interrompidos na circulação ou antecipando a produção futura, por isso concentram os riscos pulverizados de uma infinidade de capitais singulares. Essa centralização é também uma potencialização de riscos, por isso a necessidade do banco central para “garantir a credibilidade e qualidade do dinheiro dos bancos privados” (EI: 247). Essa hierarquia de garantias até chegar a “autoridade monetária” primordial do banco central fica completamente adulterada com a tradução em português, onde lemos que, “quando os bancos emitem suas próprias notas ou permitem que os cheques se inspirem nelas, eles substituem sua própria garantia por aquela de inúmeros capitalistas individuais” (EB: 330)!

<sup>39</sup> Na tradução mexicana há uma mudança na redação de modo a exprimir que a relação de proporcionalidade entre mais-valor e juros não fica clara. Apesar do desrespeito ao texto original, o sentido de encobrimento da esfera da distribuição sobre a esfera da produção não é perdido (EM: 278).

Muitos outros exemplos poderiam ser elencados, como termos traduzidos de modo direto sem o cuidado com as expressões econômicas ou financeiras típicas, citações de Marx incompreensíveis (quando temos já boas traduções no Brasil que poderiam ser utilizadas) e cognatos enganosos – no capítulo 12, por exemplo, a tradução brasileira aponta para a “indústria de chips de silicone nos arredores de Palo Alto” (EB: 512), quando se trata, como é óbvio, de chips de *silício* (EI: 404) <sup>40</sup>. Há também passagens em que a inversão de predicado e sujeito causa tanta estranheza que parecem ter passado por um tradutor eletrônico sem revisão.

Mas o pior ainda está por vir, pois no capítulo 11 toda a compreensão do livro é comprometida. Nesse capítulo, dedicado à renda da terra, “*landlord*” foi arbitrariamente traduzido por “senhor feudal”, as vezes por “feudalista” (se o proprietário do capital é *capitalista*, o proprietário da terra é *feudalista*). “Propriedade da terra” (*landed property*) traduz-se como “feudalismo”! Os vários títulos das seções e subseções que compõem esse capítulo já demonstram uma confusão histórica e teórica que compromete a leitura:

IV. O papel contraditório da renda fundiária e do feudalismo no modo de produção capitalista (*The contradictory role of ground rent and landed property within the capitalist mode of production*) (EI: 358; EB: 461).

IV.3. O feudalismo e o fluxo de capital (*Landed property and capital flow*) (EI: 360; EB: 463).

Tudo fica ainda mais ininteligível quando lembramos que em vários momentos tanto Harvey quanto Marx (através das citações feitas pelo primeiro) tratam das diferenças entre a propriedade da terra *no feudalismo* e a propriedade da terra *no capitalismo* – e um dos objetivos do capítulo, para Harvey, afastando-se de Marx, é mostrar que essa propriedade não é base para uma terceira classe, mas é o poder econômico de uma fração da própria burguesia. Com essas diferentes reflexões históricas e teóricas em movimento, a tradução torna tudo um absurdo <sup>41</sup>.

*Os Limites do Capital* sempre foi considerado um livro obscuro, complexo e de difícil compreensão, o que o teria impedido de ser amplamente debatido e chegar a públicos

<sup>40</sup> Além da ignorância da natureza do mais importante tecnopolo mundial, uma rápida pesquisa na internet por *silicon* poderia ter chegado a essa advertência presente na Wikipédia: “*Not to be confused with the silicon-containing synthetic polymer silicone*” (Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Silicon>. Acesso em jan. 2014).

<sup>41</sup> Isso tudo lembra vagamente, embora sem consistência teórica alguma, puro erro grosseiro, a cuidadosa crítica que Marx realiza aos fisiocratas por entrelaçarem confusamente relações feudais com formas capitalistas: “Aburguesa-se o feudalismo e ao mesmo tempo dá-se aparência feudal à sociedade burguesa” (1987: 25).

maiores (Castree, 2008; Jacoby, 1990). Com todos esses problemas que acabamos de apresentar na edição brasileira, o risco é que o silêncio em relação à obra, existente no Brasil, seja postergado. Torna-se necessária uma revisão ampla e profunda da tradução para que uma das obras mais originais das últimas décadas não fique relegada ao esquecimento.

### Referências bibliográficas

- Brunhoff, Suzanne de. *A moeda em Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- Castree, Noel. The Limits to Capital (1982): David Harvey. In: Hubbard, Phil; Kitichin, Rob; Valentine, Gill (ed.). *Key Texts in Human Geography*. Los Angeles: SAGE, 2008.
- Engels, Fridrich. *A Questão da Habitação*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.
- Enszensberger, Hans Magnus. *Guerra Civil*. São Paulo: Cia das Letras 1995.
- Fausto, Ruy. *Marx: lógica e política. Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Harvey, David. *Los limites del capitalismo y la teoria marxista*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- \_\_\_\_\_. *The New Imperialism*. New York: Oxford, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Paris, capital of modernity*. Nova Iorque: Routledge, 2003b.
- \_\_\_\_\_. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Anneblume, 2005a.
- \_\_\_\_\_. *Spaces of neoliberalization: towards a theory of uneven geographical development*. Munique: Franz Steiner Verlag, 2005b.
- \_\_\_\_\_. *The Limits of Capital*. London: Verso, 2006.
- \_\_\_\_\_. *París, capital de la modernidad*. Madrid: Akal, 2008.
- \_\_\_\_\_. Entrevista. In: *Margem Esquerda*, no. 16, 2011, pp. 11- 21.
- \_\_\_\_\_. *Ciudades rebeldes. Del derecho a la ciudad a la revolución urbana*. Madrid: Akal, 2013.

Jacoby, Russel. *Os últimos intelectuais – a cultura americana na era da academia*. Rio de Janeiro: Edusp, 1990.

Kurz, Robert. *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Marx, Karl. *O Capital – crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital (tomo I) São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

\_\_\_\_\_. *O Capital – crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital (tomo II) São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

\_\_\_\_\_. *O Capital – crítica da economia política*. Livro II: O processo de circulação do capital (tomo III) São Paulo: Nova Cultural, 1985c.

\_\_\_\_\_. *O Capital – crítica da economia política*. Livro III: O processo global da produção capitalista (tomo IV) São Paulo: Nova Cultural, 1986a.

\_\_\_\_\_. *O Capital – crítica da economia política*. Livro III: O processo global da produção capitalista (tomo V) São Paulo: Nova Cultural, 1986b.

\_\_\_\_\_. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986c.

\_\_\_\_\_. *Teorias da mais-valia. História crítica do pensamento econômico*, vol. I (Livro IV de O Capital). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse*. Rio de Janeiro: Boitempo/Ed. UFRJ, 2011.

Meissonnier, Martin; Loore, Frederic; Trilling, Roger. *Urânio empobrecido: a guerra invisível*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

Mészáros, István. *Para além do capital*. São Paulo/Campinas: Boitempo e Editora da Unicamp, 2002.

Reichelt, Helmut. Que método Marx ocultou? In: *Crítica Marxista*, no. 33, 2011, pp. 67-82.

\_\_\_\_\_. *Sobre a estrutura lógica do conceito de capital em Karl Marx*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

Smith, Neil. *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

\_\_\_\_\_. *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city*. Nova York: Routledge, 1996.